



**UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA**

**CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO**

MESTRADO EM EDUCAÇÃO

VITOR HUGO DE OLIVEIRA

**ESCOLARIZAÇÃO DE ALUNOS COM
NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NO
PARANÁ:
PREDOMINÂNCIA DA SEGREGAÇÃO E DA
FILANTROPIA**

**ORIENTADOR: PROF^a. DR^a. SILVIA MARCIA FERREIRA
MELETTI**

**Londrina, PR
2015**



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA

CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

MESTRADO EM EDUCAÇÃO



Londrina, PR
2015

Vitor Hugo de Oliveira

**ESCOLARIZAÇÃO DE ALUNOS COM
NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NO
PARANÁ:
PREDOMINÂNCIA DA SEGREGAÇÃO E DA
FILANTROPIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora:
Prof.^a Dr.^a Silvia Marcia Ferreira
Meletti

**Londrina – Paraná
2015**

**Catlogação elaborada pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da
Universidade Estadual de Londrina**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

O48e Oliveira, Vitor Hugo de.

Escolarização de alunos com necessidades educacionais especiais no Paraná :
predominância da segregação e da filantropia / Vitor Hugo de Oliveira. –
Londrina, 2015.

86 f. : il.

Orientador: Sílvia Márcia Ferreira Meletti.

Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Londrina,
Centro de Educação, Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em
Educação, 2015.

Inclui bibliografia.

1. Educação especial – Teses. 2. Segregação na educação – Teses. 3. Políticas
educacionais – Teses. 4. Educação – Teses. I. Meletti, Sílvia Márcia Ferreira.
II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Educação, Comunicação e
Artes. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDU 376.4

VITOR HUGO DE OLIVEIRA

**ESCOLARIZAÇÃO DE ALUNOS COM
NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NO
PARANÁ:
PREDOMINÂNCIA DA SEGREGAÇÃO E DA
FILANTROPIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para a obtenção do título de Mestre.

Comissão examinadora:

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Silvia Marcia
Ferreira Meletti
UEL – Londrina - PR

Prof.^a. Dr.^a. Katia R. Moreno Caiado
UFSCAR- São Carlos-SP

Prof.^a. Dr.^a. Eliane Cleide da Silva
Czernisz
UEL-Londrina-PR

Londrina, 15 de junho de 2015.

A minha mãe Alzira
(in memoriam), pelos exemplos
de coragem, honestidade,
perseverança e de extremo
amor, por ter me ensinado o
valor de fazer as coisas da
melhor maneira possível.

...*Dedico*...

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, por me terem dado toda a educação, valores e por terem me ensinado encarar a vida com todas suas surpresas. Em especial a minha mãe Alzira (*in memoriam*), amor incondicional eterno, que onde quer que esteja, nunca deixou de me amar, sempre confiou em mim e sempre esteve presente nos diversos momentos de minha vida, partilho a alegria deste momento com ela, pois sei que ela sabe como foi chegar até aqui e se alegraria muito com mais esta conquista. Sem todos os ensinamentos que ela me passou eu não seria a pessoa que sou hoje. Obrigado mãe, minha para sempre melhor amiga.

Aos colegas do mestrado e de todos os integrantes do grupo de pesquisa. Em especial à amiga Jéssica Preti, que esteve sempre presente colaborando com os tratamentos dos dados estatísticos e me auxiliando nos momentos de dúvidas, muito obrigado. Também à amiga Emanuely Fernanda, por tantos momentos juntos, auxiliando em diversos momentos. Agradeço a elas todo o carinho e amizade dedicado a mim, serei sempre grato a vocês por toda essa linda amizade.

Aos professores, funcionários e colegas do CECA, Centro de Educação, Comunicação e Arte da Universidade Estadual de Londrina, em especial à professora doutora Francismara Neves de Oliveira, por sempre estar presente e dando palavras de força e incentivo. Também à professora doutora Karen Ribeiro que esteve presente nas tardes de estudo no laboratório de informática do departamento, obrigado pelo auxílio e pelas palavras de carinho.

Por fim, à pessoa mais importante, pois sem ela, este trabalho não seria possível: a professora Dr^a. Silvia Marcia Ferreira Meletti. Todos nós, ao longo da vida, conhecemos e temos exemplos de pessoas que nos espelham em nossas ações. Com isso, espero poder refletir, na minha trajetória pessoal e profissional, o exemplo de competência, de ensinamentos e orientação que me proporcionou durante esta trajetória, obrigado pela amizade acima de tudo, sou grato por tudo o que fez por mim. Agradeço imensamente todo o carinho, amizade e apoio durante este percurso, meu sincero obrigado.

OLIVEIRA, Vitor Hugo de. **Escolarização de alunos com necessidades educacionais especiais no Paraná: predominância da segregação e da filantropia.** 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.

RESUMO

A educação especial no Brasil iniciou-se por meio de um conjunto de atendimentos paralelos ao sistema público de ensino, sendo esse atendimento oferecido na maioria das vezes em instituições especiais privadas de caráter filantrópico. Com base na análise das políticas de educação especial e dos microdados do Censo da Educação Básica, este trabalho tem por objetivo analisar as alterações quantitativas do número de instituições especiais e de matrículas de alunos com NEE no estado do Paraná, por meio dos dados oficiais de matrícula do Censo da Educação Básica, assim como analisar quais foram as alterações desencadeadas no estado do Paraná com a transformação das instituições especiais em Escolas da Educação Básica na Modalidade Educação Especial. As análises apontam uma concentração expressiva de matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais em instâncias privadas, que são reflexos das políticas do Estado que fortificam a hegemonia e atuação da filantropia, evidenciando a grande segregação deste alunado no estado do Paraná. O estado mantém as instituições, agora oficialmente escolas, e, com isso, verifica-se a precarização da já precária educação especial pública paranaense.

Palavras-chaves: Educação especial. Política educacional. Modalidade de ensino.

OLIVEIRA, Vitor Hugo de. **Attend school of students with special educational needs in Paraná: predominance of segregation and philanthropy.** 2015. Dissertation (Master of Education) – University of Londrina, Londrina, 2015.

ABSTRACT

The special education in Brazil started through a set of matching public education system calls, this service being offered most often in special private philanthropic institutions. Based on the analysis of the politics of special education and microdata from the Census of Basic Education, this paper aims to analyze quantitative changes in the number of special institutions, and with special educational needs enrollment in the state of Paraná, through the registration of official data from the Census of Basic Education. And to analyze what were the changes triggered in Paraná with the transformation of special institutions in Basic Education Schools in Special Education mode. The analyzes point to a significant concentration of students with special needs enrollment in private entities, which are reflections of state policies that strengthens hegemony and role of philanthropy, showing the great segregation of the specific students in the state of Paraná. The state maintains the institutions, now officially schools, and thus there is the precariousness of the already fragile public special education in this state

Keywords: Special education. Educational policy. Type of education.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Trabalhos da CAPES que fazem referência Política de Educação Especial e Instituições Especiais.....	42
Quadro 2 - Trabalhos do SCIELO que fazem referência Política de Educação Especial e Instituições Especiais.....	52
Quadro 3 – Trabalhos da ANPED que fazem referência Política de Educação Especial e Instituições Especiais.....	61

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Total geral de matrículas e total de matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais no Brasil e Paraná.....72

Tabela 2 – Número de escolas segundo modalidade de ensino e dependência administrativa no Paraná (2007-2013)74

Tabela 3 – Alunos que possuem e que não possuem NEE segundo modalidades de ensino no estado do Paraná (2007-2013)76

Tabela 4 – Matrículas da Modalidade Educação Especial por Dependência Administrativa no Estado do Paraná (2007-2013).....77

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
APAE	Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CONAE	Documento Final da Conferência Nacional de Educação
DEEIN	Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional
EJA	Educação de Jovens e Adultos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIPE	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
FMI	Fundo Monetário Internacional
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
NEE	Necessidades Educacionais Especiais
SEED	Secretaria de Estado da Educação
SCIELO	Scientific Electronic Library Online
SPSS	Statistical Package for the Social Science
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UFMS	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	14
2 FENÔMENO EDUCATIVO E SUAS COMPLEXIDADES	16
2.1 O ESTADO DO PARANÁ E SUA ESPECIFICIDADE EM RELAÇÃO A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	29
3 BALANÇO DE PRODUÇÃO DA ÁREA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	39
3.1 CAPES	39
3.1.1 Dissertações	46
3.1.1.1 Teses	49
3.2 SCIELO.....	49
3.2.1 Inclusão	51
3.2.2 Estado	53
3.2.3 Políticas	55
3.3 ANPED	58
4 METODOLOGIA	66
5 ANÁLISE DOS DADOS	70
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
REFERÊNCIAS	82

1 APRESENTAÇÃO

O presente trabalho buscou analisar as alterações quantitativas do número de instituições, de turmas e de matrículas de alunos com NEE no estado do Paraná, por meio dos dados oficiais de matrícula do Censo da Educação Básica.

Ingressei no ano de 2009 no curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Londrina. No ano seguinte começo a participar do grupo de pesquisa *Estudos e Pesquisas em Educação Especial*, desenvolvendo meu estudo de iniciação científica vinculado à pesquisa “A escolarização de alunos com deficiência e rendimento escolar: uma análise dos indicadores educacionais em municípios brasileiros”, no âmbito do Observatório da Educação/CAPES, coordenado pela Professora Silvia Márcia Ferreira Meletti.

A partir do ingresso no grupo de pesquisa, tive a oportunidade de aprofundar meus estudos sobre a escolarização de alunos com necessidades educacionais especiais e desenvolvi meu Trabalho de Conclusão de Curso com o objetivo de analisar a participação destes alunos no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), com os seguintes questionamentos: quem são estes alunos, suas deficiências e qual o grau de participação destes alunos na avaliação. Pude constatar que a baixa frequência de participação na prova era consequência de um processo de escolarização precário, centrado nos dois primeiros anos do ensino fundamental.

Paralelamente ao desenvolvimento de meu TCC, aprofundei meus estudos sobre a educação especial, fundamentalmente sobre as políticas públicas. Constato a prevalência da iniciativa privada e da filantropia na área e acompanhei a alteração das instituições especiais filantrópicas do estado do Paraná em escolas de educação básica na modalidade de educação especial. Observei que no estado do Paraná ocorre uma ruptura com a proposição política nacional e que, contrariamente aos preceitos da educação inclusiva, o estado consolidou a filantropia como meio de escolarizar esta população (MELETTI, 2014).

Assim, ao ingressar no mestrado em Educação, direciono meus estudos e pesquisas para a análise das políticas de educação especial do estado do Paraná na configuração das instituições especiais. Com isso, o estudo proposto teve como questão central analisar a configuração da Educação Especial das instituições especiais no estado do Paraná após sua transformação em Escolas da Educação

Básica na Modalidade Educação Especial.

Nesta pesquisa temos como objetivo geral:

- Analisar as alterações quantitativas do número de instituições especiais e de matrículas de alunos com NEE no estado do Paraná, por meio dos dados oficiais de matrícula do Censo da Educação Básica.

E como objetivos específicos:

- Identificar e analisar a alteração do número de instituições especiais;
- Identificar e analisar a distribuição de matrículas de alunos com NEE no estado do Paraná segundo modalidade de ensino e dependência administrativa da escola;
- Caracterizar os alunos com necessidades educacionais especiais matriculados em instituições especiais segundo tipo de deficiência, idade e série cursada.

Para desenvolver as análises propostas, a pesquisa foi estruturada da seguinte maneira:

No primeiro capítulo, apresentamos a base teórica da pesquisa, qual seja, o materialismo histórico dialético que sustentará a análise da consolidação das instituições especiais filantrópicas como predominantes na escolarização de pessoas com deficiência no Brasil e no estado do Paraná. Para tanto, trabalharemos com os conceitos de Filantropia, Sociedade Civil e Relação Público Privado em Educação Especial.

No segundo capítulo, apresentamos a configuração da política pública de educação especial no estado do Paraná e o processo de transformação das instituições especiais em Escolas da Educação Básica na Modalidade de Educação Especial.

No terceiro, apresentamos o balanço da produção da área de educação especial no que se refere à temática do estudo.

No quarto, apresentamos os procedimentos metodológicos da pesquisa.

Por fim, apresentamos os dados e análises do estudo e algumas considerações finais da pesquisa.

2 FENÔMENO EDUCATIVO E SUAS COMPLEXIDADES

O fenômeno educativo é algo que segue marcado por várias categorizações as quais pretendem responder, ou melhor, sanar os muitos problemas decorrentes entre a educação e o mundo social, sendo, muitas vezes, compreendidos separadamente, como se não houvesse ligação entre essas duas partes.

São complexidades que precisam ser superadas para que possa, assim, alcançar talvez não a plena, mas a real função e atrelamento entre a educação e o meio social, entendendo que a mesma não deve partir de interesses dominantes e particulares os quais contribuem com a segregação, exclusão de pessoas menos favorecidas e pré-julgadas “incapazes” de contribuir para o progresso social.

Cury (2000) aponta algumas correntes as quais demonstram pensamentos de autores como, por exemplo, Durkheim, em que a “permanência seria mais concreta que a transformação do homem, pois a natureza do homem é constante. Assim, também a educação deve ser constante”, pois, é notável que a educação deveria ser a mesma para todos, uma vez que deveria ser continua, porém, de forma que garantisse a heterogeneidade, enquadrando o sujeito à ordem social-de acordo com uma homogeneidade ideológica (KNELLER, 1966 apud CURY, 2000).

O autor segue afirmando que:

Nessas correntes, o papel reservado ao homem concreto, ator e autor de uma estrutura social, é o de se enquadrar aos ditames dominantes desta, já que em momento algum se questiona a totalidade da estrutura social. Assim, a educação não passaria de um mecanismo que ajusta os indivíduos à ordem vigente, pela transmissão de um saber definido pelo poder político estabelecido. (CURY, 2000, p.11).

É notável a ideia desenvolvida e pensada para que ocorresse o domínio e as formas como deveriam ocorrer à estrutura social, limitando o acesso das classes menos favorecidas, em especial o acesso à educação como forma de conhecimento e ampliação do mesmo de maneira crítica frente aos acontecimentos e constructos sociais que todos os sujeitos possuem participação.

Em relação a tal reflexão, e contraditório a tais ideais, pensadores como Marx (2004), Engels (2004) e Harvey (1996) criticam o fato da influência do

sistema dominador capitalista desconsiderar a real função dos sujeitos, de sua participação na produção histórica, social, cultural e econômica e a realidade do trabalho, pois o capitalismo visa o crescimento de lucros e um aumento significativo nas produções. Para sustentar o sistema econômico capitalista, é então necessário que haja esse crescimento dos lucros, garantindo-se a acumulação do capital. Por sua vez, com esse acúmulo, muitas vezes ocorre a exploração do trabalho nas produções, desconsiderando a participação dos indivíduos. De acordo com Harvey (1996):

Isso não significa que o trabalho se aproprie de pouco, mas que o crescimento sempre se baseia na diferença entre o que o trabalho obtém e aquilo que cria. Por isso, o controle do trabalho, na produção e no mercado, é vital para a perpetuação do capitalismo. O capitalismo está fundado, em suma, numa relação de classe entre capital e trabalho. Com o controle do trabalho é essencial para o lucro capitalista, a dinâmica da luta de classes pelo controle do trabalho e pelo salário de mercado é fundamental para a trajetória do desenvolvimento capitalista. (HARVEY, 1996, p. 166).

Portanto, para o capitalismo o que importa são os lucros obtidos, o valor real, um retorno adequado sobre o investimento em que foi realizado. No modo capitalista de produção há a divisão de trabalhos, que, por sua vez, se distingue em diferentes níveis, cada qual com sua função, com distinções das classes, sexo, tarefas e metas. De acordo com Engels e Marx (2004, p. 24), “[...] a divisão do trabalho só surge efetivamente a partir do momento em que se opera uma divisão entre o trabalho manual e intelectual [...]”.

Para Marx (1982), o constructo da base histórica da humanidade ocorre de maneira natural, ou seja, por meio do próprio ser humano, entendendo humano neste contexto como alguém capaz de desenvolver seus próprios meios de produções no decorrer da vida e se organizar diante das necessidades que surgem perante o mesmo, pois,

Podemos distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião por tudo o que se quiser. Mas eles começam a distinguir-se dos animais assim que começam a produzir os seus meios de vida, passo este que é condicionado pela sua organização física. Ao produzirem os seus meios de vida, os homens produzem indiretamente a sua própria vida material. (MARX, 1982, p. 8).

Assim sendo, a necessidade de uma organização física, seja frente ao espaço geográfico, político, econômico ou social, contribui para que o ser

humano produza meios que supram tais necessidades, o que direcionará, conseqüentemente, à produção de sua vida material.

Portanto, a sociedade se organiza decorrente da interferência dos seres humanos nas produções sociais, gerando a cada época um modelo de sociedade civil, a qual ganha formas e conceitos no decorrer da história, sendo que para Wood (2011, p. 206, destaque do autor):

A concepção moderna de 'sociedade civil' é algo muito diferente das noções anteriores de "sociedade": sociedade civil representa uma esfera diferenciada do Estado, separada das relações e da atividade humanas, mas nem pública nem privada, ou talvez as duas coisas ao mesmo tempo, incorporando toda uma gama de interações sociais fora da esfera privada do lar e da esfera do mercado, a arena de produção, distribuição e troca.

De acordo com a autora, atualmente a sociedade mostra-se desvinculada do Estado, como se fosse parte separada dele, ou seja, como se a atividade humana não interferisse nas relações sociais.

Com isso, Marx entende que a sociedade está separada e dividida por classes, cada grupo (classes) com suas regras e condutas. Porém, esses grupos estão inseridos dentro de um único sistema-que, conforme citado acima, é o modo de produção capitalista.

Vale ressaltar que o autor considera a divisão do trabalho não apenas como uma forma de alcançar a produção de mercadorias, mas também considera a divisão de tarefas entre os indivíduos e também nas relações de propriedades, ou seja, a divisão do trabalho e a especialização das atividades em classes se tornam a divisão dos modos de produção e da força de trabalho, sendo assim, de acordo com Engel e Marx (2004, p. 24):

A divisão do trabalho implica ainda a contradição entre o interesse do indivíduo singular ou da família singular e o interesse coletivo de todos os indivíduos que se relacionam entre si; mais ainda, esse interesse coletivo não existe apenas, digamos, na ideia enquanto "interesse universal", mas, sobretudo na realidade como dependência recíproca dos indivíduos entre os quais é partilhado o trabalho. Finalmente a divisão do trabalho oferece-nos o primeiro exemplo do seguinte fato: a partir do momento em que os homens vivem na sociedade natural, desde que, portanto, se verifica uma cisão entre o interesse particular e o interesse comum, ou seja, quando a atividade já não é dividida voluntariamente, mas sim de forma natural, a ação do homem, transforma-se para ele num poder estranho que se lhe opõe e o subjuga, em vez de ser ele a dominá-la.

Com isso, a partir do momento em que o trabalho passa a ser repartido, distribuído entre os indivíduos, cada um terá sua área de atuação

exclusiva, com suas tarefas impostas e trabalhará de forma alienada do processo real da produção.

O modo capitalista torna o meio de produção um sistema cruel e exploratório, pois força a maioria populacional a cumprir funções meramente mecânicas sem possibilitar a reflexão ao que está ocorrendo ao seu redor.

Tal imposição está presente em grande parte das instituições sociais, bem como no sistema educacional, sendo que o sistema é

[...] o produto da ação sistematizada, isto é, da capacidade humana de agir intencionalmente segundo objetivos previamente formulados, o sistema educacional é resultado da educação sistematizada [...] o termo se aplica não ao sistema propriamente dito, mas as partes constitutivas [...] expressões como “sistema de ensino fundamental”, “sistema de ensino médio”, “sistema de ensino profissional”, “sistema de educação básica”, “sistema de ensino superior”, “sistema escolar”, “sistema estadual de ensino”, “sistema federal de ensino comercial (industrial, agrícola)” etc., como se fossem coisas diferentes quando, na verdade, são apenas partes do mesmo sistema educacional em seu conjunto. (SAVIANI, 2010, p. 380).

Entende-se, portanto, que embora haja vários termos para definir as partes dos sistemas diferenciando umas das outras, todas fazem parte do mesmo conjunto e do mesmo sistema educacional. Assim sendo, é importante desenvolver um sistema unificado de educação, pensando de forma articulada, criando normas que sejam válidas em âmbito nacional e que assegurem uma conduta que seja comum a todos e garanta a educação de qualidade.

No entanto, com o sistema capitalista juntamente com a ideologia a qual prega e rege a atual sociedade, ou seja, o neoliberalismo, as dificuldades em relação a essa junção do sistema educacional tornam-se complexas, uma vez que a intenção de tal ideologia clarifica o desmerecimento com as classes mais pobres, considerando esses como um problema para o desenvolvimento econômico e de produção, pois compactuam da ideia de que o Estado passa por crises devido a gastos excessivos a mais do que deveria para atender a demanda da população por meio das políticas sociais, ocasionando, desta forma, a crise social (ANDERSON, 1995).

Tais acontecimentos ocorrem em todos os campos educacionais, não sendo diferente na área da educação especial, a qual sofre até os dias atuais as consequências deste modelo de sociedade.

Ao analisar a história da educação especial no Brasil, segundo Jannuzzi (2004) ela se origina dos conhecimentos de diversas ciências desde a

época imperial, em que as pessoas com deficiência ficavam isoladas em hospitais e asilos. Ainda no Brasil Colônia, em 1854, começaram a se organizar e a surgir os primeiros atendimentos para essas pessoas, como, por exemplo, a criação do Instituto dos Meninos Cegos (1854) e do Instituto dos Surdos Mudos (1857) ambos localizadas no Rio de Janeiro (MAZZOTTA, 2005, p. 28-29). No decorrer dos anos, outras instituições voltadas às pessoas com deficiência foram surgindo, como o Instituto Pestalozzi, que é, então, a primeira instituição particular especializada em atender crianças com deficiência mental, criada em 1926, no Estado do Rio Grande do Sul. (KASSAR, 1999).

Nesta trajetória da história da educação, era dada pouca ênfase aos assuntos pedagógicos no que concerne aos que possuíam alguma necessidade ou deficiência, principalmente quando era cognitiva, múltipla ou algum distúrbio emocional mais grave.

A crença na ineducabilidade desta população, por parte do ensino formal, acarretava aos alunos com dificuldades na aprendizagem que fossem encaminhados aos médicos, na expectativa que o problema fosse resolvido por eles, período em que a medicina ganha destaque neste aspecto, de modo que havia um trabalho mais clínico para esses casos e a escolarização limitava-se em modos de convivência, sendo então segregada.

A proposta na educação especial era baseada em duas tendências: médico-pedagógica e a psicopedagógica.

A tendência médico-pedagógica é caracterizada pela preocupação higienizadora, que reflete nas instalações de escolas em hospitais, o que promove maior segregação de atendimento aos deficientes. Já a psicopedagógica é direcionada em defesa da educação dos “anormais”, que busca então detectar essas pessoas por meio de escalas de inteligência para serem selecionadas nas escolas especiais (JANNUZZI, 1992).

A expansão dos serviços destinados às pessoas com deficiência ocorreu somente no século XX. A partir deste período começaram a se organizar as primeiras classes especiais em escolas públicas e a fundação de outras instituições especializadas, de tal modo que os serviços para o público alvo da educação especial ocorria predominantemente nas instituições de caráter filantrópico (GLAT; FERREIRA, 2004).

Ao longo da segunda metade do século XX, observamos a ampliação destas instituições especiais filantrópicas que, responsabilizadas e respaldadas pelo Estado, passam a atender, quase que hegemonicamente, as pessoas com deficiência. Como consequência, temos a escolarização da pessoa com deficiência marcada por sua segregação e por um ensino especial:

[...] sustentado por uma perspectiva clínica de atuação e orientado por abordagens educacionais que, reduzidas a uma dimensão técnica de ensino, priorizam o treino do indivíduo objetivando o desenvolvimento de competências e habilidades específicas a fim de possibilitar sua integração nos espaços sociais dos quais foi excluído em função de sua diferença. (MELETTI, 2007, p. 02).

Entre tais instituições encontra-se a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), fundada em 1954, no Rio de Janeiro, a partir da iniciativa de profissionais, autoridades e familiares de pessoas com deficiência. Tal iniciativa se consolidou e se expandiu rapidamente pelo país. Após vinte anos de sua criação, tais instituições se encontravam em 16 estados, contabilizando 198 unidades dos 2594 estabelecimentos de ensino especial, ou seja, mais de 7,63% das instituições especializadas no país eram APAEs (JANNUZZI; CAIADO, 2013, p. 12).

Desta maneira, a filantropia tomou o cenário frente às discussões sobre a educação especial, de modo que uma das explicações para a sociedade civil ter sido a pioneira no atendimento a tais indivíduos foi o descaso do Estado em relação a sua responsabilidade para com a educação desses indivíduos. Aliás, vale ressaltar que a falta de interesse do Estado se encontrava também com a educação básica de forma geral, como observado nos dados apresentados por Ferraro (2004, p. 18), em que a grande parcela da população brasileira nos anos de 1960 (seis anos após a criação da primeira APAE) era analfabeta, ou seja, aproximadamente 50,72% dos brasileiros não sabiam ler e nem escrever (FERRARO, 2004, p. 18).

A respeito da filantropia, Mestriner (2011) menciona que a mesma tem sido abordada no Brasil com o mesmo sentido da assistência e benemerência, como se uma fosse substituta da outra. Para a autora,

[...] entre conceitos, políticas e práticas, tem sido difícil distinguir o compromisso e competências de cada uma destas áreas, entendidas como sinônimos, porque de fato escondem – na relação Estado-sociedade – a responsabilidade pela violenta desigualdade social que caracteriza o país. (MESTRINER, 2011, p. 14).

Compreende-se então que há a dificuldade em relação a diferenciação desses três conceitos. No entanto, a filantropia:

[...] está relacionada ao amor do homem pelo ser humano, ao amor pela humanidade. No sentido mais restrito, constitui-se no sentido, na preocupação do favorecimento com o outro que nada tem, portanto, no gesto voluntarista, sem intenção de lucro, de apropriação de qualquer bem. (MESTRINER, 2011, p. 14).

Assim sendo, a filantropia deveria partir de ação voluntária, sem ter como prioridade o lucro (ganho financeiro), porém, pressupõe-se que, muitas vezes, existe a intenção do lucro por parte de algumas instituições filantrópicas em conjunto com interesses particulares.

Deste modo, essas instituições especiais foram ganhando força e, por conta de sua expansão, foi criada, em 1970, a Federação Nacional da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (FENAPAES), a qual trata-se de uma

[...] organização social sem fins lucrativos, reconhecida como de utilidade pública federal e certificada como beneficente de assistência social; de caráter cultural, assistencial e educacional, que congrega como filiadas, atualmente, mais de duas mil Apaes e outras entidades congêneres, que compõem a Rede Apaes, tendo como missão institucional promover e articular ações de defesa dos direitos das pessoas com deficiência e representar o Movimento perante os organismos nacionais e internacionais, para a melhoria da qualidade dos serviços prestados pelas Apaes, na perspectiva da inclusão social de seus usuários. (APAE, 2015).

Nota-se, porém, que esse órgão consolidou a estrutura organizacional política dessas instituições, que participam de forma ativa das discussões frente à educação especial (JANNUZZI; CAIADO, 2013). Porém, as autoras norteiam nossas reflexões para o entendimento de que a organização política dessas instituições e as parcerias efetuadas entre público e privado ocorriam antes mesmo da criação da FENAPAES, como apontado por elas ao analisarem a LDB/1961:

A educação de excepcionais deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integra-lo na comunidade”, e o artigo 89; “Toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação, e relativa à educação de excepcionais, receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudo, empréstimos e subvenções”. Evidencia-se no artigo 88 o propósito político, ainda tênue, de enquadrá-los no sistema geral de educação para integra-los à comunidade; porém, o condicional, “no que for possível”, acrescido do artigo 89, com o “tratamento especial” pelos poderes públicos à iniciativa privada, era um provável apoio à elite letrada, para concretizarem o propósito da já

prometida fundação da Federação Nacional das APAES (FENASPAES). (JANNUZZI; CAIADO, 2013, p. 11).

Portanto, constata-se que tal cenário ainda é encontrado atualmente e tais instituições ainda recebem incentivos do Estado para o atendimento às pessoas com deficiência. Compreende-se também que a organização política dessas instituições, representadas atualmente pela Federação que, por sua vez, orienta suas filiadas a assegurarem as parcerias com o poder público, deixa clara a aceitação dos auxílios técnicos e financeiros para os serviços de suas instituições de cunho filantrópico.

Ao retomarmos a literatura, notamos que alguns estudiosos se debruçam sobre a relação entre o público e o privado, de modo que Meletti (2008) pontua que:

É preciso ressaltar que a “parceria” é um “bom negócio” para ambos os lados. Para as instituições por seu favorecimento e para o Estado pelos gastos reduzidos já que o custo de sustentação da instituição especial privada assistencial é inferior ao custo da implementação dos serviços de educação especial para toda população com deficiência na rede regular de ensino. (MELETTI, 2008, p. 2).

Além disso, segundo Ferreira e Ferreira, esta divisão de responsabilidades entre o público e o privado na educação especial

[...] gerou um segmento social e econômico organizado em torno de escolas particulares, filantrópicas e/ou organizações não governamentais que envolvem muitos interesses, num peculiar processo de privatização. (FERREIRA; FERREIRA, 2004, p. 24).

Os serviços públicos e privados das instituições de educação especial geram discussões relevantes de maneira que seus elementos vão se anulando na própria sociedade. Segundo Kassir (1999, p. 22):

[...] na educação especial a concomitância dos dois setores está presente desde o início do século XX, propiciando o estabelecimento de uma tênue linha entre os limites e os papéis dos serviços de atendimento “público” e “privado”, resultante, entre outros fatores, da dinâmica na luta de interesses dos segmentos sociais. Desse modo, as instituições “privadas” principalmente no setor do atendimento especializado a pessoas com deficiências, apresentam-se na história do atendimento à educação especial como extremamente fortes, com lugar garantido no discurso oficial, chegando a confundir-se com o próprio atendimento “público”, aos olhos da população, pela “gratuidade” de alguns serviços.

É notável a mascaração ocorrida por parte do próprio Estado em

relação ao que seria o setor “público” e o setor “privado”, passando a impressão de que o filantrópico pertence exclusivamente ao setor público, sendo que esse financia uma iniciativa que é privada.

Nas escolas, embora seja uma complementação e auxílio à educação regular, a educação especial apresenta também algumas dificuldades em relação ao ensino regular, sendo muitas vezes possível verificar certo distanciamento ou isolamento entre essas modalidades.

Contudo, no decorrer da constituição da Educação Especial, é possível notar algumas características que consolidaram o afastamento do Estado nas relações das questões de cunho educacional e a legitimação das instituições especiais como espaço educacional adequado para educá-las, de maneira que o Estado transferiu a responsabilidade da educação dessas pessoas para o setor privado, mais específico em relação ao de caráter filantrópico (MELETTI, 2008).

Esta ambiguidade entre o público e o privado, assim como o distanciamento da educação especial do sistema regular de ensino, sustenta o alargamento da prestação de serviços que deveriam ser públicos pelas instituições especializadas e da influência que essas passam a exercer sobre o Estado. Isso é apontado por Silva (1995) na análise histórica da constituição do movimento apaeano no Brasil.

Desse modo, segundo Meletti (2008), instituições especiais dessa natureza foram se constituindo como a referência social, como o *locus* da deficiência mental em nosso país, preenchendo a lacuna deixada por um Estado que reduz os investimentos com a educação geral pública, que intensifica o incentivo à iniciativa privada e que se distancia das questões relativas à educação especial. Jannuzzi (1997, p. 185) acrescenta que “[...] há assim uma parcial simbiose entre o público e o privado, que permite ao segundo exercer influência na determinação da política pública na área [...]”.

A partir da década de 1990, com a adesão do Brasil às orientações presentes nas políticas públicas da educação especial, percebe-se um aumento considerável do número de matrículas de alunos com deficiência no sistema regular de ensino e de documentos legais e normativos que regulamentam a educação dessa população no sistema regular de ensino conforme mencionado no plano plurianual 2008-2011 Desenvolvimento com inclusão social e educação de qualidade.

É considerável, então, que a partir da década de 1990 se iniciam as Políticas Nacionais e Internacionais para discussão da educação especial e educação brasileira. Considera-se, então, esse período como um marco histórico na área da educação especial no Brasil devido às políticas que se articulam em uma perspectiva inclusiva ao agregar as orientações internacionais que foram tratadas nas Declarações de Educação para Todos (UNESCO, 1990), de Salamanca (1994), e Convenção de Guatemala (1999).

Com relação às políticas Nacionais, destaca-se a Constituição Federal (1988); Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/90); Política Nacional de Educação Especial (1984); Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN (1996); Diretrizes Nacionais de Educação Especial na Educação Básica (2001); Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação Inclusiva (2008); Decreto 6.571 (2008); Documento Final da Conferência Nacional de educação - CONAE (2010); Plano Nacional de Educação (2010); e o Decreto 7.611 - Inclusão Já (2011).

O discurso em torno do tema da inclusão pauta-se na ampla diferença que pode ser presenciada no contexto escolar: cultural, religioso, físico, racial, gênero, entre outras, na qual a escola regular deve acolher e atender as necessidades apresentadas, promovendo, então, uma educação para todos, incluindo aqueles que estavam às margens do espaço escolar (UNESCO, 1994). Afirma-se, dessa maneira, a inclusão de “todos” nas instituições escolares, garantindo o direito de acesso e permanência nas escolas regulares, com um ensino de qualidade voltado à aprendizagem e desenvolvimento desses alunos, de modo a promover a aprendizagem e sem discriminações no âmbito escolar.

No entanto, a “inclusão social” e “educação inclusiva” são termos que ganharam maior força após a década de 90, pois tiveram destaque nos discursos políticos de organismos internacionais e dos estados nacionais, possibilitando, desse modo, compreendê-los também como conceitos chaves de políticas públicas com peculiaridades voltadas às políticas educacionais (GARCIA, 2014).

Contudo, a educação inclusiva não se restringe a incluir apenas os alunos com necessidades educacionais especiais, mas também-deve ser um espaço de permanência desses alunos. Por isso necessita de ampla reformulação que envolve o currículo, os profissionais, as metodologias, as práticas de ensino, entre

outros.

Necessita de um ensino diferenciado, o qual deve partir de um processo de reestruturação dos variados aspectos da escola visando uma educação condizente com a realidade, que promova de fato o desenvolvimento e a aprendizagem desses alunos e não apenas o seu simples acolhimento nesses espaços, como mero cumprimento burocrático, de forma que atenda suas necessidades educacionais e compreensão dos acontecimentos sociais em que o mesmo está inserido.

A educação inclusiva deve ater sua atenção às especialidades das necessidades individuais dos alunos, em que essas, depois de identificadas, devem ser trabalhadas com atenção, visando promover a aprendizagem e significação dos conteúdos. Para promover uma educação inclusiva com consistência, a inclusão precisa promover a integração dos alunos que estão fora do ensino regular, além de garantir sua permanência oferecendo suporte necessário e ainda tornando o espaço regular em contexto de construção do conhecimento a esses alunos (UNESCO, 1994).

Embora os documentos internacionais cite a importância da inserção dos alunos com NEE com amplo acesso aos métodos educacionais, atualmente, a educação inclusiva passa ainda por um processo de estabelecimento que apresenta muita dificuldade em sua consolidação, pois muitas propostas que se denominam inclusivas possuem apenas um discurso, o qual, na prática, deixa a responsabilidade da educação para profissionais da educação especializada. Com isso, parece-se não possuir um planejamento voltado à inclusão, mas sim à integração, o que não é aceitável, já que, como citado por Bueno (1999), embora as duas perspectivas tenham o mesmo norte em relação à inserção desses indivíduos pelo ensino regular, a integração foca nas possibilidades a partir das condições da deficiência de cada sujeito, enquanto a inclusão entende a incorporação dessas crianças a partir do reconhecimento de suas mais variadas diferenças e não somente em relação à deficiência, mas também suas condições sociais.

Partindo de um princípio de normalizar, a integração busca oferecer aos alunos com algum tipo de deficiência um ambiente escolar menos restrito. O aluno da educação especial seria então preparado para ir às classes regulares, recebendo, por meio das salas de recurso, um atendimento necessário e voltado para sua dificuldade. Ou seja, essa proposta visa a inserção de alternativas

pedagógicas menos isoladas, como acontece na educação especial, onde o aluno com alguma “condição de aprendizagem” poderia participar da classe regular e frequentar também um espaço de recurso.

No entanto, essa proposta recebeu críticas pelo fato de centralizar o problema no aluno e não no ensino especial, além de ser limitada por encaminhar somente os alunos com “pouca” necessidade especial, não sendo para todos—e ainda por acabar fazendo das classes especiais um “depósito” de alunos com dificuldades de aprendizagem. Sendo assim, não há planejamento e disposição para a garantia de uma proposta pedagógica voltada também para as pessoas com deficiência.

Nesse contexto, é possível fazer uma análise a respeito da educação especial. Essa que por sua vez possui uma proposta pedagógica assegurando recursos especiais, complementando os serviços educacionais regulares, sendo, portanto, um sistema complementar das instituições de ensino, onde centraliza profissionais especializados, técnicas, recursos e metodologias específicas para as necessidades educacionais de cada indivíduo. De modo geral a educação é sempre algo fundamental para a contribuição da formação social do sujeito. Segundo Kassar, “[...] a educação é considerada como necessária para o progresso da sociedade, pois possibilita a adaptação da pessoa em seu meio.” (1999, p.30).

O Conselho Nacional de Educação – CNE, no ano de 2001, promulgou a resolução que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, passando a ser um documento normatizador dos artigos presentes na LDB 9.394/96, que então já instituiu a educação especial como modalidade educacional.

A educação especial como modalidade de ensino tem por sua vez a finalidade de incorporar ao sistema regular de ensino os alunos que ficaram fora dele por motivos relacionados à deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, cabendo a ela algumas funções que de acordo com Garcia (2012):

[...] o atendimento educacional especializado manteve, contudo, a concepção de serviços, agora definidos como “superespecializados” voltados à acessibilidade e à gestão de recursos especializados em detrimento da tarefa fundamental de reflexão acerca das estratégias pedagógicas a serem utilizadas tomando como referência o processo de

desenvolvimento escolar e das aprendizagens dos estudantes.

Percebe-se, no entanto, que a educação especial como modo de atendimento educacional especializado chega de maneira privilegiada em seu atendimento em escolas e locais com esses serviços.

Portanto, é então neste cenário que se encontra o nosso objeto de estudo e a partir desta contextualização histórica iremos compreender a política instalada no estado do Paraná e analisar a realidade encontrada nele a partir dos indicadores educacionais brasileiros (matrículas e escola).

2.1 O ESTADO DO PARANÁ E SUA ESPECIFICIDADE EM RELAÇÃO A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

No estado do Paraná, em função da histórica predominância das instituições especiais no atendimento da população com deficiência, o movimento desencadeado pelas políticas educacionais se distinguiu de outras regiões brasileiras. De acordo com Kassar e Meletti (2012, p. 54):

Como qualquer política pública, a política educacional não é efetivada sob uma relação unidirecional, em que leis são assimiladas “automaticamente” e homogeneamente por todo país. Como bem argumenta Di Giovanni (2009), uma política pública é mais que “simplesmente uma intervenção do Estado numa situação social considerada problemática”. Uma política pública é “resultante de uma complexa interação entre o Estado e a sociedade”, sendo que se incluem nessa interação “as relações sociais travadas também no campo da economia” [...] Nas diferentes localidades, as propostas sofrem interpretações, são lidas e entendidas diferentemente, de acordo com inúmeras variáveis históricas, econômicas e sociais. (DI GIOVANNI, 2009).

Nota-se que as políticas públicas podem se alterar de acordo com a localidade e as interpretações realizadas e compreendidas de variadas formas, de acordo com o modelo social, econômico, cultural, entre outros, de cada região, como, por exemplo, no estado do Paraná.

No Paraná, em 2011, de acordo com dados divulgados pelo governo paranaense, o estado contava com 394 instituições especiais conveniadas com a Secretaria de Estado de Educação, distribuídas em um universo de 399 municípios. Em 2013, segundo o *Data Escola Brasil*, o estado do Paraná contava com 403 instituições especiais, distribuídas nos 399 municípios do estado.

As instituições especiais se estruturaram muito tempo em uma condição que secundarizava o pedagógico e privilegiava o clínico. Entretanto, no Estado do Paraná, com a resolução nº3600/2011 da Secretaria de Educação, há alteração na denominação das Escolas de Educação Especial para Escolas de Educação Básica na modalidade de Educação Especial. Este documento legaliza e normatiza uma mudança na parte pedagógica, curricular, estrutural e financeira destas instituições.

Tal mudança segue decorrente da solicitação das próprias instituições. No ano de 2010, no estado do Paraná, foi aprovado um documento enviado pela Federação das APAEs do Estado do Paraná que continha como solicitação a alteração de denominação das escolas de Educação Especial. O

processo nº1416/09, Parecer CEE/CEB nº 108/10 aprovado no dia 11 do mês de Fevereiro de 2010, consta alguns itens, dentre os quais destaca-se.

A Federação das APAEs – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, solicita:

autorização para alteração de denominação das escolas de educação especial como Escolas de Educação Básica, na modalidade de Educação Especial, na área da Deficiência Intelectual, com oferta de educação escolar nas etapas da Educação Infantil, Séries Iniciais do Ensino Fundamental e modalidade de Educação Profissional/Qualificação para o Trabalho e Educação de Jovens e Adultos Fase I, em conformidade com o que dispõe o art. nº 21 da LDB 9394/96. (PARANÁ, 2010).

Consta também no documento que;

[...] apesar de as Escolas de Educação Especial estarem em consonância com o que determinam os atos, de ordem legal e administrativa, exigidos pelo Sistema Estadual de Ensino para sua legitimação, a exemplo do que ocorre com as escolas do ensino comum, oficialmente não são configuradas na categoria de estabelecimento de ensino que oferta educação escolar. (PARANÁ, 2010).

Este pedido foi enviado para a o Conselho Estadual de Educação para que então houvesse a alteração das denominações das escolas, ou seja, que as Instituições Especiais, se tornassem Escolas Regulares na Modalidade de Educação Especial, tornando as Instituições Especiais como escolas regulares, usufruindo dos mesmos direitos.

Para a obtenção desse pedido, foi realizado um movimento em que foram coletadas as assinaturas de Presidentes de várias entidades que mantêm Escolas de Educação Especial de vários municípios do estado do Paraná para garantir a aprovação da solicitação enviada.

Houve também uma manifestação da Secretaria de Estado da Educação no ano de 2009, em que colabora e reitera a solicitação feita pelas APAEs. Nessa manifestação é expresso que:

[...] as Escolas de Educação Especial conveniadas com a Secretaria de Estado da Educação já integram a Lei do Sistema Estadual de Educação, uma vez que as mesmas são autorizadas pela SEED. O quadro docente dessas escolas é composto por 4.432 professores concursados do Estado e também das Prefeituras Municipais; a partir de 2003 as mesmas estão inseridas no Sistema Estadual de Registro Escolar – SERE. À exemplo das escolas do ensino regular, sob orientação dessa SEED foram construídos e revistos documentos como: Projeto Político Pedagógico – PPP, Regimento Escolar – RE, Proposta Pedagógica Curricular - PPC e Plano de Trabalho Docente – PTD. Sendo também obrigatório o registro de evolução pedagógica do educando, que apresenta um sistema diferenciado de

avaliação.

A forma de legalizar esse registro exige, neste momento, que seja aberta uma discussão sobre o reconhecimento das escolas de educação básica na modalidade de educação especial, bem como a certificação dos alunos matriculados nelas. [...] ato contínuo ao reconhecimento das escolas de educação especial como de educação básica, de se estabelecer a discussão sobre a melhor forma de regular a certificação ou, como denomina a LDB, a terminalidade específica, para emitir ao aluno, o fluxo para outros programas e, inclusive as formas de trabalho (protegido, apoiando, enclave) já previstas em lei. (PARANÁ, 2010).

A Secretaria de Educação então manifesta que as Escolas de Educação Especial que estão conveniadas com a Secretaria fazem parte da Lei Estadual de Educação, solicitando e reforçando a ideia da discussão sobre a escola de educação básica na modalidade de educação especial e também com a devida certificação dos alunos que fazem parte dessas escolas.

Consta na Deliberação nº03/98-CEE/PR que normatiza o uso das nomenclaturas no sistema estadual de ensino do estado do Paraná que as Instituições que possuem as características específicas podem se utilizar de um nome/título próprio, mas desde que este nome seja aprovado pelo Conselho Estadual de Educação.

Participaram desta discussão, de acordo com a declaração de voto (PARANÁ, 2010), os membros da Câmara de Educação Básica do Conselho Estadual de Educação, juntamente com os Conselheiros da Câmara Estadual de Ensino Superior, representantes de diversas APAEs, assim como a presidente da Federação, Professora Angelina Carmela Romão, representando a Secretaria de Estado de Educação, Chefe do Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional – DEEIN e também do Senador Flavio Arns.

Ainda sobre a Declaração de Voto, a mesma aponta sobre a importância e o reconhecimento de todos pela Inclusão, em destaque para o aluno especial que passa a “ganhar” um novo convívio com as turmas de alunos regulares, assim como os alunos das turmas regulares, que de acordo com a Declaração, estes alunos “[...] se humanizam no convívio com os alunos especiais [...]” (PARANÁ, 2010). De acordo com o documento, não houve polêmicas presentes nessa consulta. Apenas alguns embates com o MEC foram apresentados, tendo em vista que a Deliberação nº02/03 já consta o objeto específico que foram apresentados no documento pelas APAEs. Porém, foi importante destacar alguns

enfoques constados na Declaração de Voto, contrário sobre a referida Deliberação.

Alguns pontos que foram propostos pelo GT-Educação Especial do Fórum Paranaense que estava em defesa da escola pública não foram inseridos, assim como os que se referiam:

[...] ao papel do poder público na manutenção das condições dos estabelecimentos das redes públicas para o acesso e permanência dos alunos com necessidades especiais; 2. as relações entre o poder público e os convênios com entidades filantrópicas, normatizando a gestão democrática participativa dos recursos públicos no espaço privado, com garantia de gratuidade aos usuários; 3. a prioridade de oferta de atendimentos especializados, pedagógicos ou interdisciplinares, públicos e gratuitos e ampliação dos mesmos, por iniciativa do poder público, com restrição a firmaturas de novos convênios, ou termos aditivos ao já existentes, para se garantir a oferta prioritariamente pública, independentemente do apoio às instituições privadas sem fins lucrativos, especializados, de modo a suprir as necessidades da comunidade, de acordo com o artigo 60 e seu parágrafo único, da LDB/96; 4. a organicidade do Sistema de Ensino, garantindo unidade [...]. (PARANÁ, 2010).

Nota-se que, com estes pontos considerados importantes para a área educacional de acordo com o GT- Educação Especial do Fórum Paranaense em Defesa da Escola Pública (PARANÁ, 2010, p.5), não sendo discutidos, nos questionamos sobre a real finalidade desta mudança de nomenclatura e os interesses que permeiam esta nova política voltada para a Educação Especial.

Por fim, este documento foi aprovado por unanimidade, conforme citado acima, no dia 11/02/2010, por decisão da Câmara de Educação Básica.

No mesmo ano de 2010, o Projeto de Lei número 126/10 foi então encaminhado para a Assembleia Legislativa do Paraná no dia 16 de Março de 2010, constando no mesmo que seja criado o Programa de Apoio as Instituições Filantrópicas que são responsáveis por oferecerem exclusivamente Educação Básica na modalidade de Educação Especial nas Escolas ou Centros de Atendimento Educacional Especializado. No anteprojeto encaminhado para a Assembleia Legislativa, já em seu início, os esclarecimentos sobre o pedido foram bem claros.

Esclarecimentos esses que, com a aprovação desta medida, as pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento que apresentam elevadas especificidades terão o direito de obterem ambientes escolares que estejam preparados para recebê-los, assim como professores especializados para atenderem suas necessidades durante a trajetória escolar. Com esse Programa que

se espera criar, também pretende assegurar aos educandos com necessidades educacionais no Estado do Paraná uma escolarização em nível de educação básica, de acordo com a política educacional da Secretaria de Estado da Educação do estado do Paraná. Desse modo, o governo desse estado, considerando que um significativo número de alunos com NEE precisam de espaços organizados, formas de trabalhos específicas e mais tempo para a aprendizagem, solicita a medida no intuito de atender de forma digna os alunos com necessidades educacionais especiais (PARANÁ, 2010).

Com essa solicitação, o estado do Paraná segue na contramão dos demais estados do Brasil e consolida o pedido realizado pelas APAEs, conforme já citado neste trabalho, de modo que o proposto Programa consiga promover ao alunado da educação especial sua escolarização. Neste Projeto de lei, já nos artigos 1º e 2º constam:

Art. 1º. Fica criado o Programa de Apoio às Instituições Filantrópicas que oferecem exclusivamente Educação Básica na Modalidade de Educação Especial em Escolas ou Centros de Atendimento Educacional Especializado, de forma complementar ao ensino público e gratuito, nas localidades onde o Estado não alcançou o atendimento universal, em consonância com a política educacional adotada pela Secretaria de Estado da Educação – SEED e em cumprimento à legislação específica.

Art. 2º. O Programa objetiva, através da conjugação de esforços entre o Governo do Estado e a Entidade Mantenedora de Escola de Educação Básica na Modalidade de Educação Especial e/ou de Centros de Atendimento Educacional Especializado, assegurar aos educandos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento, com alta especificidade do Estado do Paraná, a escolarização em nível de educação básica, em consonância com a política educacional da SEED. (PARANÁ, 2010).

Entre estes recursos apresentados nos artigos 1º e 2º, há outros diversos itens que a Lei se propõe a cumprir, entre eles a de que o Governo do Estado irá apresentar nas leis orçamentárias todos os recursos então necessários para a execução do Programa, nos termos da Constituição Federal, Constituição Estadual e legislação pertinente. Algumas garantias são ofertadas, dentre elas a capacitação que for necessária para os profissionais que irão fazer parte da equipe, merenda escolar aos alunos, a transferência de recursos financeiros e também o suporte no custeio das atividades escolares.

Quando tiver em seus quadros funcionários com a qualificação adequada, o Estado tem a obrigação de transferir recursos financeiros para apoiar o

suprimento de suas necessidades pessoais. A equipe de funcionários destinada para o atendimento especializado poderá pertencer a um dos quadros funcionais do Governo do Estado, mas com a condição de que esteja em efetivo exercício de seu cargo e tenham a qualificação/habilitação adequadas. Os servidores que irão fazer parte da equipe deverão obedecer a critérios que são estabelecidos pelo Poder Executivo. Em seus 7º e 8º artigos, constam:

Art. 7º. A designação da equipe a que se refere o § 1 do artigo 6º desta lei, será feita sem prejuízo às suas respectivas carreiras e a transferência de recursos financeiros se dará, na forma da lei.

Art. 8º. Poderão se habilitar ao Programa as Entidades Mantenedoras que atendam aos seguintes requisitos: I. estar autorizada a funcionar pelo Conselho Estadual de Educação na forma da legislação vigente; II. oferecer igualdade de condições para o acesso, permanência na escola e atendimento educacional gratuito, na forma da legislação vigente; III. atender aos padrões de qualidade definidos pelo órgão normativo do sistema de ensino e ter aprovado e periodicamente atualizado seu Projeto Político Pedagógico; IV. assegurar a destinação de seu patrimônio a outra Entidade Mantenedora congênera ou ao poder público, no caso do encerramento de suas atividades; V. comprovar finalidade não lucrativa e aplicar, integralmente, no país, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos; VI. comprovar estar em situação regular junto ao Tribunal de Contas do Estado, Previdência Social e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. VII. não cobrar dos educandos quaisquer taxas sob qualquer título; VIII. apresentar Plano de Aplicação dos recursos a serem transferidos pelo Estado; (PARANÁ, 2010).

E seguem em seus 9º e 10º artigos:

Art. 9º. As Entidades Mantenedoras integrantes do Programa comprometem-se a: I. dar condições de acesso à Secretaria de Estado de Educação para o acompanhamento e avaliação do Programa; II. prestar quaisquer esclarecimentos sobre a organização do trabalho pedagógico e a aplicação dos recursos financeiros vinculados ao Programa; III. apresentar relatórios periódicos sobre a situação dos educandos beneficiados pelo Programa e dos profissionais nele envolvidos; IV. aplicar os recursos transferidos para execução do Programa em conta bancária específica, com rendimentos, em instituição bancária pública e aplicar os rendimentos no objeto do programa; V. mencionar a participação neste Programa em toda e qualquer divulgação referente as atividades desenvolvidas;

Art.10. O Governo do Estado, através da Secretaria de Estado de Educação, obriga-se a: I. realizar, sistematicamente, orientação, acompanhamento e supervisão pedagógica e administrativa à Entidade, através da análise de relatórios e visitas técnicas; II. monitorar os resultados educacionais do Estabelecimento beneficiado, através de instrumentos que identifiquem, por escola, os índices e as causas de evasão e avanços do progresso escolar dos alunos; III. fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no presente Programa; IV. proporcionar formação continuada aos profissionais da Entidade Mantenedora que participam do Programa equivalentes aos proporcionados aos servidores que atuam nos estabelecimentos públicos. (PARANÁ, 2010).

Entre todos os itens apresentados, mostrando os comprometimentos que serão seguidos, ainda constam neles que a Entidade Mantenedora terá que fazer a prestação de contas dos recursos recebidos. Essa prestação deverá ser feita ao Tribunal de Contas do estado na forma de legislação específica. Além dessa prestação, fica a cargo da Entidade apresentar à Secretaria de Estado de Educação a prestação de contas parciais que se refere a cada parcela de recurso financeiro transmitido pelo Estado e ou funcionários designados. Assim como do atendimento prestado, essa prestação de contas deverá ser elaborada mensalmente.

A partir de então, o estado do Paraná passa a assumir a responsabilidade destas instituições. Em agosto de 2011, após o então processo desencadeado pelo então governador – Roberto Requião no início de 2010, é publicada a Resolução 3600/2011 (GS/SEED, 2011), supracitada, que em seu artigo 1º autoriza a

[...] alteração na denominação das Escolas de Educação Especial para Escolas de Educação Básica, na modalidade de Educação Especial, com oferta de Educação infantil, Ensino Fundamental – anos iniciais, Educação de Jovens e Adultos – Fase I, e Educação Profissional/Formação inicial, a partir do início do ano letivo de 2011. (GS/SEED, 2011).

Em seu artigo 2º, autoriza a participação das instituições em todos os programas e políticas públicas da área da educação, o que garante a manutenção dos subsídios públicos para o setor privado e dos alunos com necessidades educacionais especiais em espaços segregados de ensino.

Deste modo, a alteração para a Escola de Educação Básica na modalidade de Educação Especial fica então definida pelo DEEIN/PR:

A escola de Educação Básica na modalidade de Educação Especial é uma instituição destinada a prestar serviço especializado de natureza educacional a alunos com necessidades educacionais especiais, decorrentes da deficiência intelectual e múltiplas deficiências, de transtornos globais do desenvolvimento, de condições de comunicação ou sinalização diferenciadas, que requerem atenção individualizada nas atividades da vida autônoma e social, recursos, ajudas e apoios intensos e contínuos, bem como adaptações curriculares tão significativas, que muitas vezes a escola comum não consegue prover. Os alunos necessitam também de atendimentos complementares/terapêuticos dos serviços da área da saúde, trabalho e assistência social. O ingresso dos alunos nesta instituição escolar deve ocorrer após a conclusão do processo de avaliação, realizado por equipe multiprofissional, com o objetivo de investigar as áreas do desenvolvimento cognitivo, motor afetivo e social. Neste âmbito, a escola de Educação Básica na modalidade da Educação Especial estabelece a organização curricular, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), para oferta da Educação Infantil, Ensino Fundamental (anos iniciais) e Educação de Jovens e Adultos– Fase I. (PARANÁ, DIA A

DIA, SEMANA PEDAGÓGICA-ANEXO 1, 2012, p.7).

De acordo com a nova definição, essa nova organização pedagógica não se altera tanto do formato antigo, que por sua vez era dividido por níveis e modalidades de ensino: Educação Básica, integrada pelos níveis de educação infantil; ensino fundamental (fases iniciais); educação de Jovens e Adultos; e Educação Profissional (FENAPAES, 2001, p.31). Tal organização se mantém ligando a educação especial ao assistencialismo/filantropia, mantendo a presença de diversas equipes de atendimentos diferenciados como da área da saúde, assistentes sociais, entre outros.

Segundo a Secretaria do Estado da Educação do estado do Paraná, obtivemos as informações que para realizar a alteração da nomenclatura “Escolas de Educação Básica, na modalidade de Educação Especial” foram utilizados como subsídios os seguintes documentos: Parecer nº 108/2010 do Conselho Estadual de Educação do Estado do Paraná - CEE; Parecer nº 07/2014 do Conselho Estadual da Educação do Estado do Paraná - CEE; Constituição Federal de 1988; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/1996; Deliberação nº 02/2003 do Conselho Estadual de Educação do Estado do Paraná - CEE; Estatuto da Criança e Adolescente - Lei nº 8069/1990.

Com a utilização desses documentos, a equipe do DEEIN/PR em associação com os representantes das Instituições filantrópicas elaboram então a organização pedagógica para regulamentar a Escola da Educação Básica na modalidade de Educação Especial, que atendeu as seguintes modalidades:

- Educação Infantil: Estimulação essencial de 0 (zero) a 3 (três) anos e 11 (onze) meses;
- Pré-escolar: 4 (quatro) anos a 5 (cinco) anos e 11(onze) meses;
- Ensino Fundamental - Anos Iniciais: Ciclo contínuo de 5 (cinco) anos.

Idade de ingresso a partir dos 6 (seis) anos a 16 (dezesesseis) anos e 11 (onze) meses. Sistema de avaliação: Avaliação processual, contínua, diagnóstica e descritiva. Carga Horária: 200 dias letivos mínimo; 800 horas anuais; 20 horas semanais; 04 horas diárias efetivas de trabalho pedagógico. 75% de frequência para aprovação.

- Educação de Jovens e Adultos (EJA): Organizada em duas

etapas. A matriz curricular referenciada nas diretrizes nacionais e estaduais é constituída por três áreas do conhecimento: Língua Portuguesa, Matemática e Estudos da Sociedade e da Natureza. Carga Horária mínima de 1.200 horas. Sistema de Avaliação: Avaliação processual, contínua, diagnóstica e descritiva, apresentada em relatório que será convertida para a menção nota mínima de 6,0 (seis). Idade de Ingresso a partir dos 17 (dezessete) anos de idade.

No ano de 2013, em que as Instituições de Educação Especial se tornam de fato escolas Regulares na modalidade de Educação Especial no estado do Paraná, o governo Beto Richa sanciona a lei que institui o programa *Todos Iguais pela Educação*, que então passa a ser obrigatório que as escolas básicas de Educação especial possam ter os mesmos direitos e também recursos que o governo aplica às escolas da rede estadual de ensino. A lei foi sancionada no dia 12 de Agosto de 2013, Lei número 17656, o qual no artigo 1º decreta que;

Fica criado o Programa Estadual de Apoio Permanente às Entidades Mantenedoras de escolas que ofertam Educação Básica, na modalidade Educação especial "TODOS IGUAIS PELA EDUCAÇÃO", na forma desta lei (PARANÁ, 2013).

A referida lei em seu 2º artigo determina que:

O Programa tem por objetivo assegurar aos educandos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento, em qualquer faixa etária, a oferta das etapas de educação infantil, ensino fundamental, médio, Educação de Jovens e Adultos/ Educação Profissional, incluindo a oferta gradativa de período integral, por meio da parceria com o estado do Paraná e as Entidades Mantenedoras referidas no art. 1º desta Lei (PARANÁ, 2013).

Deste modo o governo se compromete a atender todos os alunos da rede, independentes de suas condições socioeconômicas. O governo também se compromete a ofertar para os destinatários deste Programa o acesso igualitário aos direitos dos programas educacionais, assim como os programas de alimentação e transporte escolar, as reformas e ampliações dos espaços nas escolas, mobílias, materiais de ensino, capacitação e equipamentos a serem utilizados pelas unidades, tudo que possa ofertar padrões de qualidade aos alunos e funcionários das escolas, da mesma forma em que são ofertados para os da rede pública estadual de ensino. Com isto, o estado passa a ter as seguintes obrigações de acordo com o Art. 6º:

I-Realizar orientação, acompanhamento e supervisão pedagógica e administrativa à unidade escolar, através da análise de relatórios e visitas técnicas, monitorando os resultados educacionais do estabelecimento de

ensino; II- fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no Programa; III- proporcionar formação continuada aos administradores e aos profissionais da unidade escolar que participam do Programa, equivalentes aos proporcionados aos servidores que atuam nos estabelecimentos públicos estaduais; IV- aprovar o plano de aplicação dos recursos a serem transferidos às Entidades Mantenedoras, nos termos do convênio ou instrumento congênere. (PARANÁ, 2013).

E continua em seu Art. 7º:

As Entidades Mantenedoras obrigam-se, sob pena de suspensão do repasse, a: I - dar condições de acesso à Secretaria de Estado da Educação para o acompanhamento, fiscalização e avaliação do Programa; II - prestar quaisquer esclarecimentos sobre a organização do trabalho pedagógico e a aplicação dos recursos financeiros vinculados ao Programa, inclusive ao Tribunal de Contas do Estado e à Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Paraná; III - apresentar relatórios periódicos sobre a situação dos educandos atendidos pelo Programa e dos profissionais nele envolvidos; IV - aplicar os recursos transferidos para a execução do Programa em conta bancária específica, com rendimentos em instituição bancária pública, observadas as disposições da Lei Estadual nº 15.608, de 16 de agosto de 2007, e as orientações, nesse sentido, do Tribunal de Contas do Estado; V - aplicar os rendimentos exclusivamente no objeto do Programa; VI - mencionar a participação do Estado do Paraná no Programa em toda e qualquer divulgação referente às atividades desenvolvidas, devendo a publicidade ter caráter educativo, informativo ou de orientação social; VII - garantir a participação de administradores e profissionais da unidade escolar nos cursos de formação continuada, bem como, os de capacitação em gestão; VIII - cumprir o plano de aplicação dos recursos recebidos. Parágrafo único. A Entidade Mantenedora deverá prestar contas dos recursos recebidos à Secretaria de Estado da Educação e ao Tribunal de Contas do Estado, na forma da legislação específica, como condição indispensável para permanência no Programa e continuidade do recebimento dos recursos. (PARANÁ. Lei nº 17656, 12/08/2013).

O impacto desse processo na configuração da educação especial no estado do Paraná pode ser apreendido na análise dos dados oficiais do Censo da Educação Básica.

3 BALANÇO DE PRODUÇÃO DA ÁREA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Para elaboração do balanço da produção acadêmica da educação especial sobre instituições especiais, trabalhamos com três bancos de dados: 1) Teses e dissertações da CAPES - “Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior”; 2) SCIELO “Scientific Electronic Library Online”; e 3) ANPED - “Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação”.

A busca pelas pesquisas nestes bancos de dados se deu pelo fato de serem fontes seguras para se encontrarem trabalhos que estão sendo publicados na área da educação especial.

Para encontrar o que está sendo produzido na área, foi necessário, inicialmente, fazer a escolha de descritores que facilitassem o trabalho da busca de pesquisa. Desse modo, foram escolhidos como descritores: Estado, Público X Privado, Filantropia, Inclusão e Exclusão, Legislação Educacional e Instituição Especial.

Adiante, com os estudos encontrados relevantes para a pesquisa “Escolarização de alunos com necessidades educacionais especiais no Paraná: hegemonia da segregação e da filantropia”, analisaram-se cada um por meio de um roteiro de leitura baseado em Nunes et. al (1998). Tal roteiro indica: periódico, ano, caráter do artigo, autor, objetivo, metodologia, sujeito, público alvo, resultado e referencial teórico, que facilitou na organização e análise das leituras para o desenvolvimento da pesquisa.

O período pesquisado foi de 2002 a 2012. Tratando-se de uma elaboração de estado da arte para o enriquecimento da presente pesquisa, é importante destacar que o objetivo deste capítulo é apresentar de forma sucinta alguns dos trabalhos encontrados, não sendo possível fazer esta análise com todos os trabalhos. Portanto, em cada banco de dados foram selecionados alguns trabalhos que apresentaram relevância para a elaboração desta pesquisa.

A seguir uma análise mais detalhada desses bancos de dados.

3.1 CAPES

O primeiro banco de dados foi o banco de teses e dissertações da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Foram selecionados 33 dissertações e 18 teses.

Para uma melhor análise, os trabalhos foram divididos entre dissertações e teses e separados por temática (Política Pública; Inclusão; Público X Privado, sendo esse relacionado também às instituições especiais de ensino e à filantropia; Estado).

A seguir, o quadro 1 apresenta os trabalhos selecionados no banco de teses e dissertações da CAPES.

QUADRO 1 - Trabalhos do banco de dados do CAPES, com referências em Política de Educação Especial e Instituições Especiais

Ano	Título	Dissertação/ Tese	Tema/Tipo	Autor
2002	Política Pública de inclusão escolar no estado do Paraná: e sua implementação no município de Cascavel-PR.	Dissertação	Política Pública/ Relato de Pesquisa	ANÁLIA FIORINI OGURA
	As políticas de educação especial na rede municipal de ensino de Porto Alegre:1989 a 2000	Dissertação	Política Pública/ Relato de Pesquisa	FRANCISCO DUTRA DOS SANTOS JR.
2003	A Política Nacional de Educação Especial no Brasil Pós 1990.	Dissertação	Política Pública/ Ensaio Teórico	ANDREIA CRISTINA ALVES PEQUENO
2004	X	X	X	X
2005	X	X	X	X
2006	Parcerias Estado e Organizações Especializadas: Discursos e Práticas em Nome da Integração/Inclusão Educacional das Pessoas com Deficiência.	Dissertação	PúblicoXPrivado/ Ensaio Teórico	EDGILSON TAVARES DE ARAÚJO

2007	A Ideologia na Legislação da Educação Inclusiva	Dissertação	Política Pública/ Ensaio Teórico	CANDICE APARECIDA RODRIGUES ASSUNÇÃO
	Educação inclusiva na constituição federal de 1988: uma questão ética e jurídica	Dissertação	Política Pública/ Ensaio Teórico	CARLOS EDUARDO SOUZA VIANNA
	Educação escolar inclusiva: a prática pedagógica nas salas de recursos.	Dissertação	Inclusão/ Relato de Pesquisa	LEILA DE SOUZA PERES ARNAL
	Estudo sobre a implantação do "Projeto Escola Inclusiva" em uma Escola de Ensino Fundamental do interior de Goiás.	Dissertação	Inclusão/ Relato de Pesquisa	LEONOR PANIAGO ROCHA
	As produções acadêmicas em educação especial: uma análise de discurso.	Dissertação	Inclusão/ Estado da Arte	MARIA ANGELA VASCONCELOS FROES
	Políticas públicas de educação inclusiva: a implementação em escolas públicas no município de araucária	Dissertação	Política Pública/ Ensaio Teórico	MARIA ISABEL DA SILVA SANTOS BUCCIO
	Inclusão de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais: limites e possibilidades no Ensino Fundamental da Rede Pública de Imperatriz	Dissertação	Política Pública/Relato de pesquisa	RITA MARIA GONÇALVES DE OLIVEIRA
	A escola especial no contexto da educação inclusiva e da globalização.	Dissertação	Inclusão/ Relato de pesquisa	SIBELE MACAGNAN CÁRDIAS
	Educação inclusiva: princípios e representação.	Tese	Inclusão/ Relato de Pesquisa	ANTONIA MARIA NAKAYAMA.
	Políticas públicas de inclusão escolar: "negociação sem fim".	Tese	Política Pública/ Relato de Pesquisa	FRANCELI BRIZOLLA

	<p>A Educação Inclusiva no município de Niterói (RJ): das propostas oficiais às experiências em sala de aula - o desafio da bidocência</p> <p>Ressignificando a educação especial a partir da complexidade e do pensamento eco-sistêmico</p>	<p>Tese</p> <p>Tese</p>	<p>Política Pública/ Relato de Pesquisa</p>	<p>REJANE DE SOUZA FONTES.</p> <p>ROBERTA GALASSO NARDI.</p>
2008	<p>Políticas públicas de educação e inclusão de alunos com deficiência na secretaria municipal de educação/RJ: atuação do ministério público e as experiências da escola municipal Leônidas Sobrião Porto</p> <p>Inclusão exclusiva ou exclusão inclusiva do deficiente mental: uma questão de políticas públicas.</p> <p>A APAE Educadora: na prática de uma unidade da APAE de Porto Alegre.</p> <p>Políticas para a educação inclusiva: formação de professores</p> <p>Da educação especial à (re)invenção da escola para todos: exclusão, inclusão escolar e educação inclusiva [1994-2008].</p> <p>Escolarização inclusiva de alunos com necessidades especiais: um estudo de</p>	<p>Dissertação</p> <p>Dissertação</p> <p>Dissertação</p> <p>Dissertação</p> <p>Tese</p>	<p>Estado/ Relato de pesquisa</p> <p>Política Pública/ Ensaio Teórico</p> <p>PúblicoX Privado/ Relato de Pesquisa</p> <p>Política Pública/Relato de pesquisa</p> <p>Inclusão/ Ensaio Teórico</p> <p>Inclusão/ Relato de Pesquisa</p>	<p>JANAINA VAZ CANDELA PAGAN</p> <p>MARISE MENDES SILVERIO.</p> <p>NEUSA TERESINHA MACHADO SALABERRY</p> <p>SANDRA FREITAS DE SOUZA</p> <p>SUELY MIRANDA MÔNACO</p> <p>LIA RAQUEL PEREIRA DE SOUZA</p>

	<p>caso de um município paulista</p> <p>Educação especial em tempos de inclusão - política educacional e laços sociais</p> <p>Qualidade e equidade na educação básica brasileira: as evidências do SAEB 1995-2003</p>	<p>Tese</p> <p>Tese</p>	<p>Política Pública/ Relato de Pesquisa</p> <p>Público X Privado/ Relato de Pesquisa</p>	<p>CARVALHO.</p> <p>MARIA ALICE ROSMANINHO PEREZ</p> <p>RENATO JUDICE DE ANDRADE</p>
2009	<p>A Política Pública para a Educação Especial na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal: retratos e perspectivas na cidade de Santa Maria</p> <p>Políticas Públicas de Educação Inclusiva a Partir da LDB: Impacto dos Princípios e Diretrizes Internacionais</p> <p>Educação Básica, Educação Especial, Inclusão dos Discursos Políticos Educacionais</p> <p>Entre Leis e Decretos sobre Inclusão: a produção de sujeitos</p> <p>O discurso da educação inclusiva em tempos neoliberais: a nova (de)limitação do campo educativo na lógica excludente</p> <p>Políticas Públicas de Educação Especial na Rede de Ensino da Secretaria de Estado da Educação do Estado de São Paulo - o SAPE</p> <p>Política educacional inclusiva: O caso de Escolas Públicas de Niterói e São Gonçalo</p>	<p>Dissertação</p> <p>Dissertação</p> <p>Dissertação</p> <p>Dissertação</p> <p>Dissertação</p> <p>Dissertação</p> <p>Dissertação</p>	<p>Política Pública/ Relato de pesquisa</p> <p>Política Pública/ Ensaio Teórico</p> <p>Inclusão/Relato de pesquisa</p> <p>Política Pública/ Ensaio Teórico</p> <p>Inclusão/ Ensaio Teórico</p> <p>Política Pública/ Relato de Pesquisa</p> <p>Política Pública/ Relato de Pesquisa</p>	<p>ANA CLÁUDIA RODRIGUES FERNANDES</p> <p>IVANA DE SIQUEIRA.</p> <p>JULIANA SIMÕES BOLFE</p> <p>LETÍCIA LORENZONI LASTA</p> <p>MARIA LIEGE CRISÓSTOMO DE MEDEIROS</p> <p>TELMA MARIA APARECIDA NOGUEIRA FLORIDO</p> <p>VINICIUS FERRAZ BRUNO</p>

	<p>Políticas públicas e formação de professores: vozes e vieses da educação inclusiva</p> <p>Repensando a inclusão escolar de pessoas com deficiência mental: diretrizes políticas, currículo e práticas pedagógicas</p> <p>Avanços e impasses nas políticas públicas de inclusão: o centro de atenção à inclusão social de diadema</p> <p>Educação Especial do século XIX ao início do século XX: cuidar e educar para civilizar</p>	<p>Tese</p> <p>Tese</p> <p>Tese</p> <p>Tese</p>	<p>Política Pública/ Ensaio Teórico</p> <p>Política Pública/ Relato de Pesquisa</p> <p>Política Pública/ Relato de Pesquisa</p> <p>Inclusão/ Ensaio Teórico</p>	<p>LÁZARA CRISTINA DA SILVA</p> <p>MÁRCIA DENISE PLETSCH</p> <p>MARLI VIZIM</p> <p>RITA DE CÁCIA SANTOS SOUZA</p>
2010	<p>O Ministério Público Estadual em defesa da Educação Inclusiva: um estudo de caso</p> <p>Educação inclusiva e a escola: saberes construídos</p> <p>As instituições especializadas e o movimento da inclusão escolar: intenções e práticas</p> <p>A Dialética da Inclusão em Educação: uma possibilidade num cenário de contradições – Um estudo de caso sobre a implementação da política de Inclusão para alunos com deficiências na rede de ensino Faetec</p> <p>A inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais no processo educativo escolar: uma experiência</p>	<p>Dissertação</p> <p>Dissertação</p> <p>Tese</p> <p>Tese</p> <p>Tese</p>	<p>Inclusão/ Relato de Pesquisa</p> <p>Inclusão/ Relato de Pesquisa</p> <p>Inclusão/Relato de Pesquisa</p> <p>Inclusão/ Relato de Pesquisa</p> <p>Inclusão/ Relato de Pesquisa</p>	<p>ANA PRISCILA GOMES DE SOUZA</p> <p>CLEUSA REGINA SECCO MIRANDA</p> <p>CELI CORRÊA NERES</p> <p>BIANCA FÁTIMA CORDEIRO DOS SANTOS FOGLI</p> <p>IRENE ELIAS RODRIGUES</p>

	inversa			
2011	Programa educação inclusiva: direito à diversidade - proposição/implementação no município de Feira de Santana-BA	Dissertação	Política Pública/ Relato de Pesquisa	ANA PAULA DE OLIVEIRA MORAES SOTO
	Políticas de educação inclusiva em tempos de Ideb: escolarização de alunos com deficiência na rede de ensino do município de Sobral-CE	Dissertação	Inclusão/ Relato de Pesquisa	ANA PAULA LIMA BARBOSA CARDOSO
	Inclusão em educação: Das políticas públicas às práticas do cotidiano escolar	Dissertação	Inclusão/ Relato de pesquisa	ERIKA SOUZA LEME
	Políticas Públicas para a Educação Inclusiva: Análise de Diretrizes Curriculares no Município de Curitiba	Dissertação	Política Pública/ Ensaio Teórico	BEATRIZ MICALOSKI KOWALSKI
	Políticas Públicas de Educação Inclusiva: Uma Trajetória de Conquistas e Contradições	Dissertação	Política Pública/ Ensaio Teórico	CATIA ALIRE RODRIGUES AREND DA SILVA
	A criança e a diferença em processo de inclusão: Uma aproximação entre o atendimento educacional especializado e a escola comum	Dissertação	Inclusão/ Relato de pesquisa	MARTHA CÉLIA VILAÇA GOYATÁ
	Políticas públicas de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular: o caso da rede municipal de Canoas-RS	Dissertação	Política Pública/ Relato de Pesquisa	NEIVA MARTA BARTZEN ACOSTA
	Inclusão escolar do aluno com deficiência intelectual no estado de São Paulo: identificação e caracterização	Tese	Inclusão/ Relato de Pesquisa	ALINE APARECIDA VELTRONE
	Higienizar, Reabilitar e Normalizar: a constituição	Tese	Inclusão/ Ensaio Teórico	CRISTIANE DE QUADROS

	da escola especial Helena Antipoff, as Sociedades Pestalozzi e a Educação Especial no Brasil O Processo Inclusivo em uma Instituição Particular de Ensino Superior do Estado de São Paulo	Tese Tese	Público X Privado/ Relato de Pesquisa Inclusão/ Relato de Pesquisa	MANSANERA HEULALIA CHARALO RAFANTE MARIA HELENA MACHADO PIZA
2012	X	X	X	X

Fonte: Dados de pesquisa, 2014.

É importante ressaltar que o banco de teses e dissertações disponibiliza apenas os resumos dos trabalhos. Deste modo, para realizar o balanço da produção por esta via, serão aqui apresentadas algumas informações relevantes encontradas nos resumos desses trabalhos.

3.1.1 Dissertações

Política Pública: Seguindo os descritores selecionados para a busca dos trabalhos, foram encontrados no banco de dissertação da CAPES no tema de Política Pública 17 dissertações. Dessas, são 8 como ensaios teóricos e 9 como relatos de pesquisa. Nas pesquisas encontradas como Ensaio Teórico encontramos com maior frequência e destaque trabalhos focados na metodologia de análise documental. Os trabalhos contavam com análises nos documentos oficiais tanto nacional como também documentos oficiais internacionais, realizando assim uma maior compreensão e comparação ao serem analisados. Ainda no descritor Política Pública, encontramos como relato de pesquisa uma maior concentração nas análises das legislações, comparando elas com o que se vivencia no cotidiano das escolas, porém, sempre focando os funcionários das escolas (professores em sua grande parte).

Inclusão: Na busca pelo descritor Inclusão também foram encontrados alguns trabalhos. Desses, 2 como Ensaio Teórico, 9 na forma de Relato de Pesquisa e apenas 1 como Estado da Arte. Nas pesquisas encontradas como Ensaio Teórico, notamos uma grande concentração nos estudos dos documentos oficiais, analisando então como acontece a Inclusão dos alunos com necessidades especiais e como que estão organizadas essas formas de Inclusão nos documentos

que tratam da Educação Especial. Com os trabalhos na forma de Relato de Pesquisa a atenção fica voltada para os discursos sobre a Inclusão, um apanhado de estudos sobre como acontece a Inclusão nas escolas, se as equipes pedagógicas estão preparadas para o atendimento dos alunos com necessidades especiais, se os professores possuem formação especializada para esse atendimento e se há ou não capacitação profissional desses funcionários nas Instituições de Ensino. Há também discussões sobre as propostas pedagógicas e as metodologias aplicadas para o ensino deste alunado.

Público x Privado/Estado: Estes dois descritores também compuseram a busca por trabalhos, porém, foram encontrados poucos. No Público x Privado encontramos apenas 1 em forma de Relato de Pesquisa. No tema Estado encontramos também apenas 1 trabalho na forma de Relato de Pesquisa.

O trabalho encontrado pelo descritor Público x Privado foi do tipo Relato de Pesquisa. O estudo intitulado "A APAE Educadora: Na prática de uma unidade da APAE de Porto Alegre" teve o objetivo de explicitar ao leitor sobre o movimento Apaeano que se iniciou no país no ano de 1954, discutindo sobre sua importância no processo de formação dos alunos. A APAE Educadora surge então para enfrentar a situação de inclusão nas escolas comuns a partir do ano 2000. Foi um movimento com muita discussão para ser desenvolvido para tomar frente a inclusão. Essa pesquisa foi feita através de estudos nos documentos da APAE, dados descritivos para também ter suporte nas análises. O estudo foi feito em uma unidade da APAE na cidade de Porto Alegre - RS, com o objetivo de verificar a prática da proposta APAE Educadora nas escolas. Essa unidade foi eleita pois abrange diversas áreas de atuação como saúde, trabalho, esporte, assistência social, educação, entre outras. Os participantes da pesquisa foram representantes do movimento Apaeano, assim como funcionários, pais, alunos e professores, através de entrevistas. Deste modo, foram selecionados alguns itens para realizar as análises e, ao fim da pesquisa, a autora constata que não há uma única concepção em relação a pessoa com deficiência mental na comunidade escolar. Já no item de concepção a Instituição APAE, a autora constatou que em sua grande maioria predominou a concepção Inclusiva/Transformadora. Isso ocorre também quanto às práticas da escola e suas funções, também acontecendo sobre as propostas de ensino, aprendizagem e avaliação. O que se constatou de diferente foi em relação a

proposta da APAE Educadora, que a autora chega à conclusão de que as ações se encontram fragilizadas.

Algo importante a ser destacado em relação ao banco de dados das dissertações, foi de que nos anos de 2004, 2005 e no ano de 2012 não encontramos nenhum trabalho com relevância com os nossos temas de interesse, sempre indo de acordo com nossos descritores para efetuar a busca dos estudos. Também não encontramos trabalhos tratando do descritor Filantropia.

3.1.1.1 Teses

Partindo das buscas dos estudos no banco de Teses, da mesma forma como no banco de Dissertação e com os mesmos descritores, encontramos uma maior concentração de publicação de trabalhos com a temática Política Pública e de Inclusão.

Política Pública: Encontramos 6 trabalhos com o descritor Política Pública. Destes, temos 5 como Relato de Pesquisa e 1 do tipo Ensaio Teórico. O trabalho que encontramos como Ensaio Teórico, assim como nas dissertações, também utiliza os documentos oficiais para realizar uma análise da Educação Especial, assim como a formação dos professores na área. Os trabalhos do tipo Relato de Pesquisa abordaram assuntos diferentes mas dentro do nosso interesse para a proposta do estudo. Entre eles há estudos como a atuação dos professores no processo de Inclusão em Diadema entre os anos de 1993 a 2004; A comunidade escolar, o comportamento por um todo (os alunos, a equipe pedagógica, professores e outros funcionários) sobre o processo de Inclusão no estado do Rio Grande do Sul; Um estudo sobre a análise da atual política pública de educação especial em uma Instituição de São Paulo, e por fim um estudo de observação e análise da proposta pedagógica do docente.

Inclusão: As pesquisas que encontramos com o descritor Inclusão foram 10. Destas, 8 de Relatos de Pesquisas e 2 como Ensaios Teóricos. O primeiro trabalho de Ensaios Teóricos buscou realizar uma análise da constituição da Educação Especial no estado de Sergipe, porém, tratando-se da área médica e também jurídica. Já o segundo trabalho tratava sobre o conceito de deficiência de acordo com Foucault na sociedade contemporânea.

Dos trabalhos encontrados como Relatos de Pesquisas, encontramos estudos abordando sobre o conceito de Inclusão na legislação com entrevistas com os professores; Pesquisas com o desenvolvimento acadêmico dos alunos com necessidades especiais e as atividades que são utilizadas pelos docentes; Verificação de como acontece o processo de Inclusão no estado de São Paulo através de entrevistas que envolviam os professores, profissionais da área da saúde, pessoas com necessidades especiais e seus familiares; Estudo sobre o processo de Inclusão em duas escolas no estado do Mato Grosso; Duas pesquisas que buscaram realizar uma análise sobre o processo de Inclusão no ensino superior, uma foi realizada na Instituição Faetec e a outra com o objetivo de analisar a inclusão através de entrevistas com os professores, alunos com e sem necessidades especiais, entre outros trabalhos.

Público x Privado / Estado: Na busca pelo descritor Público x Privado encontramos 3 trabalhos como Relatos de Pesquisas. O primeiro tratando sobre a trajetória de atuação da Instituição Pestalozzi no processo de Inclusão no país; o segundo estudo abordando sobre a responsabilidade social de duas empresas no estado de São Paulo; e, por fim, o último trabalho que tratou de questões administrativas, desempenho de alunos com necessidades especiais averiguando a influência da raça e gênero com base no SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica).

Com o descritor Estado não encontramos estudos que tratassem do tema de nosso interesse. Da mesma forma ocorreu com o descritor Filantropia, com nenhum trabalho encontrado com relevância para nossa pesquisa.

3.2 SCIELO

O segundo banco de dados analisado foi o SCIELO (Scientific Electronic Library Online) em que foram analisadas 40 revistas correspondentes aos anos de 2002 a 2012. As revistas analisadas foram as seguintes: Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação; Educação e Sociedade; Revista Brasileira de Educação; e Revista Brasileira de Educação Especial.

De todos os artigos pesquisados, não havia qualquer estudo de relevância para a pesquisa na Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em educação. Na revista Educação e Sociedade foram encontrados 17 estudos e

selecionados 5 para o quadro, sendo que desses, no ano de 2008, não havia nenhum estudo importante para a presente pesquisa. Na revista Brasileira de Educação foi encontrado 1 estudo com relevância para a pesquisa, sendo ele publicado no ano de 2011. Já na Revista Brasileira de Educação Especial foram encontrados 5 estudos e, desses, três publicados nos anos de 2011 e o restante nos anos de 2006 e 2009. Importante destacar que, devido a relevância do estudo, foi inserido no quadro de análise desse banco uma pesquisa publicada na revista Trabalho, Educação e Saúde.

QUADRO 2 - Trabalhos do banco de dados do SCIELO, com referências em Política de Educação Especial e Instituições Especiais

Ano	Revista	Título	Tema/Tipo	Autor
2003	Trabalho, Educação e Saúde	Reforma do Estado: o Privado contra o Público	Estado/ Ensaio Teórico	ROBERTO LEHER
2004				
2005	Educação e Sociedade	O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas	Estado/ Ensaio Teórico	BARROSO, JOÃO.
2006	Revista Brasileira de Educação Especial	Políticas para a educação especial e as formas organizativas do Trabalho pedagógico	Política Pública/ Ensaio Teórico	GARCIA, ROSALBA MARIA CARDOSO.
2008				
2009	Educação e Sociedade	Estado e terceiro setor: as novas regulações entre o público e o privado na gestão da Educação básica brasileira	Estado/ Ensaio Teórico	PERONI, VERA MARIA VIDAL. OLIVEIRA, REGINA TEREZA CESTARI DE. FERNANDES, MARIA DILNÉIA ESPÍNDOLA.
	Revista Brasileira de Educação Especial	Inclusão escolar: um estudo acerca da implantação da Proposta em escolas de ensino básico	Inclusão/ Relato de Pesquisa	LEONARDO, NILZA SANCHES TESSARO. BRAY, CRISTIAN E TOLLER. ROSSATO, SOLANGE PEREIRA MARQUES.
2010	Educação e Sociedade	Inclusão, diversidade e igualdade na CONAE 2010:	Política Pública/ Ensaio Teórico	LAPLANE, ADRIANA LIA FRISZMAN. PRIETO,

		perspectivas para o novo Plano nacional de educação		ROSÂNGELA GAVIOLI .
	Educação e Sociedade	Políticas curriculares, estado e regulação	Estado/ Ensaio Teórico	HYPOLITO, ÁLVARO MOREIRA.
2011	Revista Brasileira de Educação	Educação em Direitos humanos: local da diferença	Política Pública/ Ensaio Teórico.	RAMOS, AURA HELENA.
	Revista Brasileira de Educação	Documento por um Plano Nacional de Educação (2011-2020) como política de Estado	Política Pública/ Ensaio Teórico	VÁRIOS AUTORES.
	Revista Brasileira de Educação Especial	A política de educação especial no brasil (1991-2011): uma análise da produção do GT15 – educação especial da ANPED	Política Pública/ Ensaio Teórico	GARCIA, ROSALBA MARIA CARDOSO. MICHELS, MARIA HELENA.
	Revista Brasileira de Educação Especial	Ação pedagógica e educação especial: a sala de recursos como Prioridade na oferta de serviços especializados	Política Pública/ Ensaio Teórico	BAPTISTA, CLAUDIO ROBERTO.
	Revista Brasileira de Educação Especial	Percurso da constituição de uma política brasileira de educação Especial inclusiva	Política Pública/ Ensaio Teórico	KASSAR, MÔNICA CARVALHO MAGALHÃES.
2012	Educação e Sociedade	Educação especial no Brasil: desigualdades e desafios No reconhecimento da diversidade	Inclusão/ Ensaio Teórico	KASSAR, MÔNICA CARVALHO MAGALHÃES.

Fonte: Dados de pesquisa, 2014.

3.2.1 INCLUSÃO

Para realizar uma discussão sobre a educação especial no Brasil é necessário considerar a política educacional vigente e, especialmente, a presença nas escolas da população caracterizada como desviante. No Brasil há uma grande diversidade de classes e formas de vidas extremamente desiguais, o que gera uma grande discriminação nestas diferentes populações.

Com essas considerações o trabalho de Kassir (2012), se propôs a analisar as mudanças registradas na educação das populações marginalizadas do processo escolar, especialmente de pessoas com deficiências e, após isto, contribuir com reflexões sobre limites ainda presentes na educação brasileira, incluindo as complexas relações que envolvem os lugares da diferença nas proposições legais e nas práticas escolares.

Contudo o que se percebe no nosso país é a forma marcante como são tratadas as pessoas com deficiência, o descaso que sempre ocorreu permanece, ainda que atualmente esta população esteja em processo de inclusão. Por outro lado, este processo é estruturado com restrições de investimentos, um sistema precário de ensino que se estrutura de modos distintos para o atendimento da diversidade.

Ainda tratando-se de inclusão, outro estudo da área buscou averiguar como está acontecendo e de que maneira estão sendo implantados os projetos de educação inclusiva no ensino básico, nas escolas de ensino público e também privado do interior do estado do Paraná. Essa pesquisa foi feita com dois grupos de professores que possuem em sala de aula alunos com deficiência, alunos estes então, considerados incluídos. Estes grupos de professores foram divididos em grupo 1 com professores de duas escolas públicas e grupo 2 professores de duas escolas privadas.

A pesquisa foi elaborada através de aplicação de questionários em que os dados foram examinados de acordo com análise de conteúdo e também organizados em categoria. Com a pesquisa feita, os resultados obtidos apontaram que nas duas instituições tanto a pública como a privada não possuem ainda uma infraestrutura correta/adequada para receber os alunos, para que seja possível desenvolver projetos de inclusão, destacando principalmente aos aspectos que se tratam de recursos humanos. Foi perceptível que os funcionários destas instituições não estão preparados para trabalhar com a diversidade dentro da sala de aula, ainda falta conhecimentos para estes profissionais, para que possam desenvolver

um trabalho adequado com os alunos.

O que chamou a atenção foi o fato de que nenhuma das quatro escolas aplicaram metodologias ou desenvolverem algum recurso didático pedagógico que fosse adequado para os alunos especiais. Por fim, o que fica evidente é que a inclusão escolar que está acontecendo ocorre de forma precária, há poucas condições de se desenvolver um trabalho inclusivo de qualidade com estes alunos, o que então evidencia que os direitos de estudos e de inclusão na sociedade deixam a desejar.

3.2.2 Estado

Alguns dos trabalhos encontrados discutem sobre o conceito de Estado, do mesmo modo como os trabalhos que abordaram sobre o tema inclusão este trabalho apresentará alguns dos textos sobre o tema Estado.

No trabalho de Leher (2003) intitulado Reforma do Estado: O privado contra o público, o autor busca traçar um esboço em diferentes tópicos temas como a reforma do Estado em relação as reformas liberais; as análises neoliberais sobre o Estado (estado mínimo e a supremacia do Mercado: a retórica neoliberal), também aborda sobre a reforma do Estado no Brasil, abordando sobre o plano Cruzado, aspectos centrais que justificariam a reforma do estado segundo Bresser Pereira, entre outros temas. Leher também discute brevemente sobre a ideologia do fim do estado nos países Centrais, fazendo uma análise que então sustenta que a globalização não seja então um conceito científico, mas sim uma ideologia.

O autor apresenta uma discussão sobre Estado e Educação em que aponta que toda a política de reforma das atribuições do Estado se tratando da área educacional contribui para a mercantilização da educação. Por fim, o autor discorre sobre o setor privado e público, abordando sobre demarcar o público e o privado, contra a mercantilização dos direitos sociais. Discute-se também que a construção de um Estado ético, público necessita do fortalecimento dos movimentos sociais.

Tratando-se do setor público e privado, no trabalho de Peroni, Oliveira e Fernandes (2009), os autores buscam fazer uma análise sobre as conexões entre o setor público e o privado em um contexto capitalista sobre o papel do Estado, assim como no trabalho citado anteriormente, neste artigo os autores abordam também sobre a Reforma do Estado brasileiro, onde então é apontado uma

substituição de uma administração pública democrática por uma administração pública gerencial, com isto os autores questionam a mudança do foco da participação da sociedade do controle social para a execução das políticas, procurando então discutirem sobre as consequências dessas mudanças para as políticas de gestão da educação básica enfatizado no que refere-se sobre a construção de uma gestão democrática .

No trabalho de Hypolito (2010), o autor discute assuntos como o trabalho docente, currículo, regulação e também sobre gerencialismo. A pesquisa busca realizar uma análise sobre as políticas curriculares elaboradas no contexto do neoliberalismo e da globalização, buscando analisar as ações que são tomadas pelo Estado no campo da educação através destas políticas elaboradas nestes contextos, políticas essas que são elaboradas desde o final dos anos 1980. Essas políticas por sua vez possuem forte relevância no campo educacional que por sua vez foca em alguns campos específicos como o trabalho docente, nos currículos e também na gestão. O autor possui o objetivo de trabalhar neste texto discutir os efeitos destas políticas nos campos citados acima.

No decorrer do texto Hypolito (2010) aponta que desde os anos 90 a escola pública tem sido então alvo de uma gestão gerencialista, com isso o autor discorre sobre o estado de Rio Grande do Sul e sua rede estadual de ensino. Por fim o autor conclui em seu trabalho que o Estado regulador consegue ser capaz de definir suas políticas educativas e também curriculares, que por sua vez submetem a educação e as escolas ao mercado em diferentes termos, tanto nos métodos de ensinar como na mercantilização dos materiais pedagógicos com isso obtendo resultados positivos na constituição das identidades docentes com a agenda neoliberal conservadora.

Já no trabalho de Barroso (2005) intitulado O Estado, a Educação e a Regulação das políticas públicas, o autor também busca realizar uma breve discussão e uma análise sobre a evolução, o crescimento da intervenção do Estado no campo educacional, das transformações que acontecem nos distintos países, também trata da regulação das políticas e das ações públicas. Em outros trabalhos os anos 90 já são citados como período de mudanças, neste trabalho o autor já traz ao leitor que a partir dos anos 80 do século XX a reforma e reestruturação do Estado já estavam se constituindo, com isso as políticas e medidas foram se modificando nas administrações públicas resultando impactos na educação.

Barroso (2005) explica em seu trabalho em um primeiro momento o conceito de Regulação e apontar os sentidos com que ele é então utilizado nas políticas educativas, já no segundo momento o autor apresenta uma breve síntese das transformações principais que ocorrem em Portugal e na Europa assim como as principais divergências e convergências existentes nestes locais, tomando por base os resultados de um projeto de investigação tratando da emergência de novos modelos de regulação das políticas educativas em cinco países Europeus. Por fim, em um terceiro e último momento o autor apresenta algumas conclusões sobre o sentido destas transformações, em que ele então questiona qual deve ser o papel, a função do Estado na regulação da Educação.

3.2.3 Políticas

Em alguns dos trabalhos encontrados e escolhidos para a realização do estado da arte, encontramos trabalhos com discussões bem relevantes tratando-se de políticas.

Na pesquisa Políticas para a educação especial e as formas organizativas do trabalho pedagógico, Garcia (2006) apresenta um trabalho elaborado através de uma análise documental algumas reflexões sobre as proposições segundo as formas organizativas do trabalho pedagógico em relação as políticas para a educação especial. As formas organizativas que a autora trata neste trabalho são entendidas como resenhas concretas dos processos de gestão, da organização curricular, o financiamento, as condições dos trabalhos docentes entre outros.

As fontes mais relevantes utilizadas pela a autora foram as que são representantes das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. De acordo com o estudo proposto a autora aponta dois eixos em que as formas organizativas do trabalho pedagógico nas políticas para a educação especial se apoiam, a primeira sobre um tratamento educacional para a educação especial, em que a base é a concepção de necessidades educacionais especiais em contrariedade ao tradicional trabalho pedagógico que então tomava como referência o modelo médico psicológico, já o segundo trata-se de uma crítica a concentração da escola regular em que defende um trabalho pedagógico com alusão na diversidade e também no reconhecimento das diferenças. Com isso Garcia (2006)

consegue com seu estudo perceber como as proposições inclusivas são insuficientes para as políticas de educação especial no país, no que se refere a superação das desigualdades no campo educacional.

Em outro trabalho intitulado *Inclusão, Diversidade e Igualdade na CONAE 2010: Perspectivas para o novo Plano Nacional de Educação*, as autoras Laplane e Prieto (2010) apresentam algumas discussões sobre as propostas mais relevantes que compunham um dos eixos na Conferência Nacional de Educação no respectivo ano de 2010, que então mobilizou em âmbito nacional distintos segmentos da sociedade em torno da discussão sobre diretrizes e estratégias. O objetivo do trabalho das autoras foi o de mostrar uma breve noção sobre os temas discutidos neste eixo e seus resultados para a formulação, a criação de um novo Plano Nacional de Educação. Com isso, o trabalho evidencia após ser feita as análises com os documentos preparatórios para o plano nacional da educação que no decorrer da última década houve uma elevação de visibilidade dos temas deste eixo, com isso fica evidente que é refletido sua presença maciça na elaboração de metas e princípios para a década seguinte.

No artigo de Ramos (2011), a autora aborda sobre alguns assuntos, entre eles o processo de constituição curricular de Educação em Direitos Humanos levando em conta que Direitos Humanos são construções que a hegemonia moderna universalizou, também aborda sobre o processo instituído do currículo de Educação em Direitos Humanos no país. São destacados para análise um aglomerado de textos que tratam sobre a formação continuada de educadores e também a formulação de diretrizes curriculares de educação em direitos humanos que são produzidos em função de um projeto criado nacionalmente, possuindo o apoio e financiamento do Ministério da educação.

Neste trabalho a autora busca encontrar elementos para compreender a maneira de como a diferença se vincula e criam consensos no processo de luta hegemônica de constituição do currículo de educação em direitos humanos. A autora discorre sobre os direitos humanos universais, considerando as características do mundo contemporâneo, a questão pedagógica da educação em direitos humanos com enfoque na escola, elementos para a compreensão da produção curricular, abordagens diferenciadas em relação ao sentido da ação pedagógica da educação em direitos humanos (abordagem jurídica e abordagem pedagógica). Por fim a autora chega conclusão que pode-se compreender Direitos

Humanos como alguma coisa que resulta de práticas sociais de produção cultural, e discutindo sobre a escola, pensar nela não como um ambiente em que a cultura dos direitos humanos se socializa, mas sim em um ambiente em que essa cultura seja produzida, se tornando então em um local de produção de currículo de educação em direitos humanos.

No trabalho A Política de Educação Especial no Brasil (1991-2011): Uma análise da produção do GT15- Educação especial da ANPED, das autoras Garcia e Michels (2011), apresentam a política Nacional de Educação Especial em uma primeira parte, tratando sobre os anos de 1991-2011, em que ao decorrer destes anos a educação passou por tempos de reformas, entretanto na Educação Especial, essas reformas modificam sua definição. Neste artigo as autoras realizam uma busca e uma análise das políticas e também os programas que foram criados na área neste período escolhido para o trabalho, com uma atenção especial aos programas de implementação de sala de recursos, Educação inclusiva: direito à diversidade e o programa Incluir. Já na segunda parte do trabalho, realizam uma análise de produção nos trabalhos do GT15 de Educação especial da ANPEP (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação), sobre os trabalhos que abordam a política educacional nos seus vinte anos de existência.

Ao fim do trabalho após ser feito o balanço da área, fica revelado a impotência das pesquisas que são realizadas e socializadas neste grupo de trabalho da ANPEd para que outros possam compreender sobre as políticas de Educação Especial se referindo a temas específicos, como conceitos, as implementações das políticas em redes municipais e também estaduais de ensino e suas contribuições na área.

Ainda discutindo sobre as políticas de Educação Especial, os serviços especializados nesta área, o trabalho de Baptista (2011) apresenta reflexões sobre as ações pedagógicas e dos serviços especializados na área no país, dando um destaque ao debate sobre os desafios e as características que se destacam nos serviços educacionais, também do trabalho dos educadores especializados. Nestas reflexões o autor busca colaborar na compreensão sobre como acontecem alterações políticas e conseqüentemente os resultados delas se refletindo especificamente nas salas de recurso, sendo um serviço prioritário para a política educacional brasileira se referindo ao atendimento educacional especializado (AEE) aos alunos que possuem deficiência, transtornos globais do

desenvolvimento e também altas habilidade/superdotação.

Baptista(2011) também argumenta sobre os desafios pedagógicos em uma sala de recursos, e como os estudos atuais analisam as novas experiências no contexto nacional do campo educacional. Ao longo das discussões do trabalho e ao chegar ao fim, o autor enfatiza que nas políticas brasileiras para a Educação Especial ficam evidentes que as salas de recursos têm então ganhado forte destaque sendo o espaço prioritário para o educador especializado trabalhar, porém ainda com muitos questionamentos.

Por fim, no último trabalho aqui neste contexto a ser apresentado sobre as políticas é de Kassar (2011), trabalho intitulado Percursos da Constituição de uma Política de Educação Especial Inclusiva. Neste artigo a autora apresenta análises sobre alguns componentes que colaboram na constituição da Educação Especial no país como uma política pública, porém destacando a formulação que tem recebido o nome de política de educação especial na perspectiva inclusiva ou educação inclusiva. Ao longo do trabalho a autora utiliza da configuração de dois aspectos diferenciados, o primeiro trata-se da função do Governo brasileiro em relação a história da educação para as pessoas com deficiências, o segundo aspecto trata-se das relações entre as políticas nacionais no âmbito da Educação e os compromissos e acordos internacionais.

Os aspectos que a autora destaca em seu trabalho é o de que a Educação Especial nas últimas décadas ganhou uma característica de política pública criada por confrontos entre alguns setores da sociedade e de instâncias governamentais, que muitas vezes são afetadas por determinações fora do país. A autora conclui destacando a relevância destes diferentes setores da sociedade nestes confrontos atuais para a criação de uma política de educação que seja então incorporada por toda a população.

3.3 ANPED

O terceiro e último banco de dados analisado para a pesquisa foi a ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação), em que foi realizada a análise do grupo GT 15 de Educação Especial. O levantamento foi realizado da 25ª à 35ª reunião, respectivamente referentes aos anos de 2002 a 2012. Foram encontrados ao todo 188 artigos, porém, deste total apenas 7 artigos

abordavam sobre os conceitos, como filantropia, Estado, instituição especial, público X privado, política pública em educação especial, conceitos que foram de relevância para a realização deste trabalho.

A seguir, o quadro 3 apresenta os 7 artigos relevantes encontrados nas pesquisas da ANPED.

QUADRO 3- Trabalhos do banco de dados da ANPED, com referências em Política de Educação Especial e Instituições Especiais

Ano	Título	Autor
2002	Exclusão do público, inclusão do privado: a terceirização dos serviços na educação especial	Shirley Silva
2002	Estado e educação: implicações do liberalismo sobre a constituição da educação especial e inclusiva	Paulo Ricardo Ross
2004	Políticas públicas contemporâneas para a educação Especial: inclusão ou exclusão?	Maria Auxiliadora Monteiro Oliveira. Cláudia Tavares do Amaral.
2004	Discursos políticos sobre inclusão: questões para as Políticas públicas de educação especial no Brasil	Rosalba Maria Cardoso Garcia.
2005	Educação x necessidades especiais: uma questão política e discursiva	Adriana Lia Frizman de Laplane
2008	Apae educadora e a organização do trabalho pedagógico em instituições especiais.	Silvia Márcia Ferreira Meletti.
2011	A sociedade pestalozzi e a educação especial em Minas Gerais nas décadas De 1930 e 1940.	Heulalia Charalo Rafante Roseli Esquerdo Lopes

Fonte: Dados de pesquisa, 2014.

Seguindo o mesmo modelo de apresentação dos trabalhos, a seguir uma breve contextualização dos trabalhos encontrados no banco de dados da ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação).

No trabalho intitulado Exclusão do público, Inclusão do privado: A terceirização dos serviços na educação especial, da autora Shirley Silva (2002), a autora mostra que está cada vez mais visível a falta de organização no que se trata da Educação Especial. Fatores como a falta de profissionais qualificados, organização pedagógica, entre outros.

Os investimentos nas suas expansões são muito baixos, o que acaba gerando uma sensação de exclusão, sendo que não há uma política para a Educação Especial. Esse é um grupo que cresce cada vez mais e o Estado não está fornecendo recursos necessários. A autora aponta que há um descaso do poder

público, observando que há uma centralização do poder e uma má utilização dos recursos, sendo necessário então uma descentralização, ou seja, dividir esses recursos e não aumentá-los, com isso, haveria uma diminuição dos desvios de recursos e a aplicação de acordo com a característica de cada escola.

Caracterizado por ações de solidariedade no campo das políticas públicas e pelo legítimo exercício de pressões políticas em proveito de populações excluídas das condições da cidadania, as ONGs são um modo de privatização no que é a uma forte tendência no campo educacional. A educação especial acaba criando um grupo social, portadores necessidades especiais, que visa a inclusão no meio social. Mas a maior parte desse grupo é composto de pessoas pobres, muito carentes. Com a privatização, os serviços prestados a Educação Especial são de organizações sem fins lucrativos com o apoio então do Estado.

Por fim a autora aponta que há a necessidade de um conhecimento maior por parte do poder público para assim firmar um compromisso melhor com a Educação Especial. Mesmo que com a sua ajuda e contribuições tenham deixado ela em destaque, pois sem o Estado, ela não sobreviveria.

No trabalho de Ross (2002) intitulado Estado E Educação: Implicações Do Liberalismo Sobre A Constituição Da Educação Especial E Inclusiva, o autor mostra que de acordo com a visão neoliberal, o Estado era considerado o responsável pela formação da infraestrutura econômica e financeira para a capital, mas ele também é considerado o vilão por deteriorar as condições sociais trabalhando de acordo com as exigências e necessidades do mercado. Outro fator é a recuperação da autonomia do indivíduo perdida por consequência dos processos intervencionistas por parte do Estado.

Diante disso é argumentado sobre a democracia, com a visão de que seria um método para e um conjunto de regras e procedimentos para regulamentar a eleição de governantes, mas ela acaba se encontrando num estado de neutralidade, ou seja, subordinar-se ao mercado. Ross, mostra que ao invés da democracia ser a parte da organização, participação e elevação de poder das maiorias trabalhadoras ela fica como tudo estava antes. As ações políticas dos dirigentes são intencionadas, manipulando a dependência das pessoas com necessidades especiais. Nesse sentido, a democracia é comparada a uma camisa de força, um bloqueio da camada das classes trabalhadoras.

O problema maior do poder político é que todas as propostas, ideias, ficaram apenas no papel, deixando a responsabilidade para as ONGs já que não era encaixado os alunos com NEE em escolas regulares. Nisso, o Neoliberalismo então tem a ideia de descentralizar as políticas sociais para a comunidade. O Estado então deve sair da sua centralidade dos investimentos educacionais e manter vivo o caráter econômico da educação.

Já no trabalho de Oliveira e Amaral (2004), com o nome de Políticas públicas contemporâneas para a Educação Especial: Inclusão ou Exclusão? As autoras abordam que a educação especial, sob a forma de educação inclusiva, tem sofrido impactos e restrições o que vem dificultando alcançar seus objetivos e deveres, sendo possível afirmar que, mundialmente, o tratamento às pessoas com alguma necessidade especial tem se desenvolvido na questão da igualdade a todos, tratando como um cidadão qualquer, mas no Brasil, o investimento na implantação de serviços e programas de atendimento é muito baixo e insuficiente.

As autoras abordam sobre as políticas de educação especial, suas criações, que tiveram início a partir do ano de 1854, registrados pelo descaso e discriminatório com essa modalidade. Já em 1950, o estado promove a criação de órgãos para o atendimento a pessoas com necessidades especiais, junto com uma campanha de sensibilização da população a essas pessoas. E em 1961, é criada a primeira lei para que a educação seja um direito de todos e a integração da Educação Especial no Sistema de Educação Nacional. Em 1994, a UNESCO promove a Conferência Mundial envolvendo noventa e dois países que elaborou a “Declaração de Salamanca” o que visava a inclusão e o reconhecimento de pessoas especiais em escolar regulares, e que tenham uma gestão que atenda com eficiência.

Oliveira e Amaral (2004), discutem sobre um caso sobre a inclusão de pessoas com necessidades especiais em uma Escola Municipal em Belo Horizonte, que desde o começo dos anos 90 se preocupava em ter apoios para assim trabalhar com a inclusão que então visava o trabalho com jovens e adultos especiais e a orientação para que a comunidade tenha uma consciência sobre a igualdade. Por fim elas mostram que nessa rede municipal foram instaladas 3 escolas especiais que além de receberem alunos com síndromes e deficiência mais severas, preparavam os menos comprometidos para as escolas regulares. Com o

controle de 2 alunos com a mesma deficiência, as redes trabalhavam a política de inclusão.

No trabalho intitulado *Discursos Políticos sobre a inclusão: Questões para as políticas públicas de Educação Especial no Brasil*, de Garcia (2004), a autora aponta a necessidade de compreender melhor sobre a inclusão social, principalmente relacionada a educação especial. A inclusão não é só a luta, mas sim, a força de lutar contra a exclusão em relação ao meio social no objetivo de combater a desigualdade.

Os discursos políticos são criados dentro de um embate composto por opiniões, expressões e interesses compostos por diferentes grupos, diferentes pensamentos, sendo definido melhor como a expressão e constituição da realidade social, um elemento fundamental para a criação de um conjunto de relações sociais.

A autora argumenta que os sistemas de ensino precisam ter uma área, um setor responsável pela educação especial e que assuma as tarefas da gestão e acompanhe as unidades escolares nas prestações de serviço educacionais.

Finaliza então discorrendo que nos dias atuais, a ênfase é colocada sobre a abordagem das necessidades da educação especial, como tirar o foco no dos diagnósticos de deficiência e colocá-lo sobre as necessidades de aprendizagem.

No trabalho de Laplane (2005), *Educação X Necessidades Especiais: Uma questão política e discursiva*, a autora aborda que a política de inclusão não visa apenas a garantia da vaga do aluno de necessidade especial na escola, mas sim o desenvolvimento do seu potencial, respeitando as suas diferenças e atendendo suas necessidades.

As ideias que prevalecem nos documentos oficiais são que estão relacionadas ao desenvolvimento, preparo para a vida adulta e a cidadania, assim, o que se percebe que não está com um vínculo forte com o atendimento as necessidades. Isso pode ser visto no cotidiano escolar obtendo assim, a noção sobre a dificuldade em aplicar a política de inclusão.

A autora cita Leadbeard, em que diz que a escola deva ser uma coordenadora de recursos e aprendizagem deixando assim disponível todas possibilidades para aluno poder aprender e se desenvolver. A proposta dele é deixar o ensino mais flexível, podendo assim a aprendizagem ser feita em diferentes ambientes e momentos, deixando o aprendiz escolher o que ele quer aprender e

como aprender. Por fim, Laplane (2005), finaliza seu trabalho abordando que a educação é um modo de melhorar as capacidades humanas por isso é importante para a formação da tomada de decisões de cada pessoa e que não pode haver a desigualdade entre os alunos dentro do sistema educacional.

Em um penúltimo trabalho analisado, APAE Educadora e a Organização do Trabalho Pedagógico em Instituições Especiais. Meletti (2008), aborda o crescimento do setor privado e o afastamento do Estado nas questões relacionadas à educação e à assistência social, pode-se encontrar uma grande área com oportunidades para criação de instituições voltadas a pessoas com necessidades especiais.

A autora aponta que a partir da década de 1950, é marcado não só pelo afastamento do Estado no que se refere a educação das pessoas consideradas com deficiência, mas também pela privatização do ensino, da assistência social e da saúde dessa população. A educação especial é apresentada como uma modalidade de ensino, mas na instituição especial oferece todos os níveis e modalidades de ensino necessários à pessoa com deficiência mental, ela é como uma escola que contribuirá para atingir a meta de educação para todos mesmo sem oferecer a escolarização básica a seus alunos.

Por fim, o último trabalho analisado para este balanço, foi o trabalho de Rafante e Lopes (2011), intitulado A Sociedade Pestalozzi e a Educação Especial em Minas Gerais nas décadas de 1930 e 1940. Os autores abordam que nas primeiras décadas do século XX, principalmente nos anos de 1920, a preocupação dos educadores e governantes não era só em divulgar a escola primária mas em criar um modelo diferente, o aluno, nesse sentido, acabou se tornando um objeto de estudo guiando os educadores a criar o caminho para seu objetivo. Com isso, a psicologia se tornou uma ferramenta importante para o processo educacional, transformando as organizações de ensino em diferentes estados brasileiros. Diante disso, a Reforma de Ensino em Minas Gerais, aderiu o método da Escola Nova e a oficialização da Psicologia e Biologia na proposta oficial de mudança educacional, racionalizando as ações no sistema de ensino, juntando as classes e atendendo os alunos de acordo com a sua aptidão.

Os autores também abordam no trabalho que a escola teve a ajuda profissional da educadora russa Helena Antipoff que chegou ao Brasil em 1929 assumindo o cargo de professora de Psicologia da Escola de Aperfeiçoamento,

assim organizou um laboratório de psicologia no qual realizou pesquisas junto aos alunos de ensino primário dos grupos escolares de Belo Horizonte e auxiliou na junção das classes desses grupos escolares. O curso funcionava em período integral e as aulas eram combinadas com a parte teórica e prática de acordo com as pesquisas feitas nas escolas públicas tendo o objetivo de observar a reação dos alunos durante o trabalho escolar e também durante o recreio. Com isso três resultados foram obtidos com sua pesquisa: a orientação profissional da criança não ocorria nas escolas; a formação física, moral e intelectual incompleta das crianças ao saírem da escola primária; o problema das crianças em “perigo moral”.

Por fim os autores concluem que Helena finaliza dizendo que a escola não atendia às necessidades de todas crianças porque para algumas crianças uma classe especial não era suficiente e era necessário instituições especializadas. Com isso, a educadora elaborou um plano direcionando as suas ações e criando um programa de atendimento especializado que mobilizou a sociedade e os governos estadual e municipal para estabelecer esse atendimento, que passou a ser organizado pela Sociedade Pestalozzi.

Realizar este levantamento das produções na área, foi um dos momentos de grande importância para a elaboração desta dissertação, ao lermos trabalhos que discutem sobre temas que estudamos nos possibilita abrir espaço para novos conhecimentos ainda dentro desta mesma área de estudo, pois muitas vezes acabamos nos debruçando apenas em nosso interesse de pesquisa. O levantamento de produções também conhecido como estado da arte, possibilita diferentes modos de elaborar trabalhos, deste modo, as pesquisas que são denominadas como estado da arte de acordo com Ferreira (2002, p. 257), são

Definidas como de caráter bibliográfico, elas parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários. Também são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado.

Assim sendo, a elaboração destes balanços oportuniza contribuir com a análise e a organização na definição de um determinado campo, uma área,

além de também apontar possíveis contribuições da pesquisa para com as rupturas sociais. Este exercício possibilitou perceber a importância das produções e esperar que tantos trabalhos influenciem de fato na elaboração de novas políticas públicas a favor das pessoas que possuem deficiência, e que elas possam ter seus direitos respeitados, podendo usufruir deles assim como outros cidadãos.

4 METODOLOGIA

O trabalho parte da análise de dados estatísticos extraídos do banco de dados do INEP que constam na página virtual www.inep.gov.br. A partir da obtenção dos dados, foi necessária a instalação de um software estatístico, sendo utilizado para o cruzamento dos dados o programa SPSS, pressupondo que o mesmo possui maior exatidão nos resultados.

Para chegar aos resultados obtidos foram necessárias várias tentativas durante este percurso, passando por erros e acertos. A fim de um melhor esclarecimento em relação aos mesmos, consideramos a necessidade do detalhamento de todo processo dos dados.

Os bancos de dados obtidos, trabalhados e analisados foram: banco de matrícula e banco de escola:

- Banco de matrícula: elaborado com a finalidade de analisar as alterações quantitativas do número de matrícula dos alunos com NEE no Paraná¹: total geral de matrículas e total de matrículas de alunos com NEE no Brasil e Paraná; modalidade de ensino por NEE no estado do Paraná; e modalidade por dependência administrativa.

Primeiramente para obtenção dos dados nacionais gerais, isolamos um por um os vinte e sete estados brasileiros, e realizamos o cruzamento das modalidades de ensino pelas necessidades educacionais especiais. Em seguida isolamos o estado do Paraná como uma das variáveis a serem analisadas a fim de obtermos somente os dados do referido estado. Logo após, foram rodadas as frequências de todas as modalidades e etapas de ensino para a obtenção de dados gerais em relação as matrículas. Em seguida fizemos o cruzamento por meio do programa SPSS, do total geral de matrículas das modalidades de ensino (1-Regular, 2-Especial e 3-EJA) pelo total geral de necessidades educacionais especiais.

Na sequência, foi isolada a modalidade 2, sendo que o cruzamento agora efetuado foi o de idade por NEE com o intuito de averiguar se os números de matrícula acompanham as idades no decorrer dos anos de 2007-2013.

Afim de verificar em qual modalidade de ensino encontra-se o maior número de matrículas de alunos com NEE, cruzou-se as modalidades 1, 2 e 3 por tipo de NEE nos anos de 2007-2013 no estado do Paraná.

¹ Os códigos dos estados encontram-se disponíveis no site <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/areaterritorial/principal.shtm>

- Banco de escola: com a finalidade de analisar o número de unidades escolares segundo modalidade de ensino e dependências administrativas, de 2007 a 2013, no estado do Paraná.

Iniciamos selecionando o estado do Paraná, por meio de código específico disponibilizado pelo IBGE, uma vez que o banco de escola, ao contrário do de matrículas, apresenta o dado nacional. Após isolar os dados do Paraná, realizamos o cruzamento das variáveis selecionadas para o estudo.

Considerando o amplo banco de dados que consta no INEP, a pesquisa foi delimitada a trabalhar a partir do ano de 2007 à 2013 devido a política do estado do Paraná a qual se diferencia dos outros estados brasileiros, conforme já citado, referente a educação especial. Para tal pesquisa foi necessário a utilização de um Indicador Social.

Um indicador Social é uma medida quantitativa constituída por meio de estatísticas públicas, (dados censitários, registros administrativos, estimativas amostrais) que são utilizados para traduzir ou representar fatos sociais observados a respeito de um aspecto da realidade social (JANNUZZI, 2006).

Os indicadores sociais são agrupados em temáticas como: saúde, qualidade de vida, segurança, educação, habitação, entre outros. Em cada caso utiliza-se um indicador específico. Tratando-se da educação o indicador social utilizado é disponibilizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). De acordo com Jannuzzi (2006, p. 15).

Para a pesquisa acadêmica, o Indicador Social é, pois, o elo de ligação entre os modelos explicativos da Teoria Social e a evidência em empírica dos fenômenos sociais observados. Em uma perspectiva programática, o Indicador Social é um instrumento operacional para monitoramento da realidade social, para fins de formulação e reformulação de políticas públicas. Taxas de analfabetismo, rendimento médio do trabalho, taxas de mortalidade infantil, taxas de desemprego, índice de Gini, proporção de crianças matriculadas em escolas são, neste sentido, indicadores sociais, ao traduzir em cifras tangíveis e operacionais várias das dimensões relevantes, específicas e dinâmicas da realidade social.

Portanto, cabe ressaltar a importância da utilização destes indicadores, tendo em vista que são dados oficiais divulgados, e a partir deles pesquisas e estudos aprofundados sobre temas diversos podem ser realizadas.

Indicadores sociais contribuem com a produção do conhecimento acerca da educação, pois possibilitam a reflexão da atual realidade educacional permitindo-nos refletir sobre erros e acertos, o que posteriormente poderá ser

corrigido e aperfeiçoado em relação aos temas discutidos.

A importância de se utilizar os dados a partir dos indicadores sociais é pelo fato de que estes são realmente dados oficiais disponibilizados pelo poder público como já mencionado, e que por sua vez tornam-se determinantes no direcionamento de políticas públicas.

Na sociedade contemporânea tais indicadores são constantemente utilizados para avaliar os avanços e retrocessos sociais, sendo então uma maneira de monitorar e ao mesmo tempo poder ofertar suporte e apoio à sociedade. Os indicadores sociais são de suma importância para o momento de criação e implementação das políticas públicas, independente de quaisquer que sejam elas sendo “programas de qualificação de mão de obra, projetos de expansão da infraestrutura urbana ou ações focalizadas de distribuição de alimentos ou garantia de renda mínima.” (JANNUZZI, 2006, p.32).

Em todo o universo de dados disponíveis nos bancos do INEP, selecionamos e organizamos aqueles referentes à matrícula de alunos e turmas com necessidades educacionais especiais, verificando sua incidência em relação à totalidade de matrículas e turmas na educação básica no Brasil e no Paraná. Primeiramente, agregamos os dados por modalidade de ensino (regular, especial e educação de jovens e adultos – EJA), respeitando as classificações e nomenclaturas adotadas pelo INEP, no período de 2007 a 2013.

Atualmente, um dos indicadores para diagnosticarmos a educação especial é o Censo Escolar/MEC/INEP, realizado anualmente em todas as escolas de educação básica, o qual possibilita o acompanhamento dos indicadores da educação especial: acesso à educação básica, matrícula na rede pública, ingresso nas classes comuns, oferta do atendimento educacional especializado, acessibilidade nos prédios escolares, municípios com matrícula de alunos com necessidades educacionais especiais, escolas com acesso ao ensino regular e formação docente para o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos.

A partir de dados feitos sob responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), sendo:

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), cuja missão é promover estudos, pesquisas e avaliações sobre o Sistema Educacional Brasileiro com o objetivo de subsidiar a formulação e

implementação de políticas públicas para a área educacional a partir de parâmetros de qualidade e equidade, bem como produzir informações claras e confiáveis aos gestores, pesquisadores, educadores e público em geral. (BRASIL, 2012).

Isto significa que o INEP é o órgão responsável por realizar estatísticas educacionais em nível nacional, por meio do Censo Escolar e da Avaliação Nacional do Rendimento Escolar.

6 ANÁLISES DOS DADOS

A seguir, apresentaremos os resultados do estudo. Para tanto, selecionamos os dados gerais de matrículas na educação básica brasileira e no Paraná, que embasarão a análise dos dados específicos das instituições especiais paranaenses.

A Tabela 1 apresenta os dados gerais de alunos com NEE no Brasil e no Paraná.

Tabela 1- Total geral de matrículas e total de matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais no Brasil e Paraná (2007-2013).

Ano	Matrículas no Brasil			Matrículas no Paraná		
	TOTAL	NEE	%	TOTAL	NEE	%
2007	52 179 530	654 606	1,25	2 739 225	77 885	2,87
2008	52 321 667	657 272	1,25	2 730 134	54 478	2
2009	52 580 452	604 884	1,15	2 708 027	47 095	1,74
2010	51 549 889	702 603	1,36	2 689 416	54 029	2,01
2011	50 972 619	752 300	1,47	2 626 951	58 381	2,07
2012	50 545 050	820 433	1,62	2 630 869	79 309	3,01
2013	51 513 813	858 304	1,66	2 593 193	78 544	3,03

Fonte: Elaboração própria com base nos Microdados do Censo da Educação Básica (MEC/INEP, 2007-2013).

Com base na tabela, observa-se uma queda do número de matrículas na Educação Básica no Brasil, entretanto essa queda não está presente nas matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais.

Nos dados do Brasil no ano de 2007, o número de matrículas de alunos que não possuem NEE estava em cerca de 52.179.530, ocorrendo uma maior queda para 50.545.050 no ano de 2012. Já os alunos com NEE, o ano com menor número de matrículas é o de 2009 com 604.884, este número ao longo dos anos vai crescendo, passando então no de 2013 para 858.304 matrículas.

Nota-se então, que entre os anos de 2007 a 2009 houve pouca alteração no número de matrículas na educação Básica. No entanto, no mesmo período nas matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais no Brasil há um decréscimo de cerca de cinquenta mil matrículas.

No estado do Paraná, as matrículas de alunos que não possuem NEE vão sofrendo um decréscimo a partir do ano de 2007 até o ano de 2013. Já os alunos com NEE, os dados nos revelem grandes oscilações. No ano de 2007 o

número de alunos eram de 77.885, sofrendo uma significativa queda no ano de 2009 para 47.095, uma queda significativa de mais de trinta mil matrículas, ocorre que a partir do ano seguinte, os números voltam a se elevar, com 54.029 matrículas, chegando no ano de 2013 com 78.544 matrículas, o que representa um aumento de mais de vinte mil alunos com NEE matriculados nas Instituições no estado do Paraná.

Comparando os dados nacionais de 2013 com os de 2007, observa-se uma queda de 665.717 nas matrículas da educação básica e um aumento de 203.698 referentes aos alunos com necessidades educacionais especiais.

Isso pode ser reflexo de políticas públicas, como a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, divulgada em 2008, que estabelece no artigo 206, inciso I, a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola como um dos princípios para o ensino e garante, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 2008, art. 208)”.

No estado do Paraná, a partir do ano de 2011 há um aumento considerável, cerca de vinte mil, no número de matrícula de alunos com necessidades educacionais especiais, enquanto em relação ao número de matrículas na educação básica não.

A partir desses dados, no Brasil, contemporaneamente, muitos alunos com deficiência estão matriculados em classes comuns de escolas públicas, o que indica uma mudança de perspectiva em relação a essa população: da crença anterior de que o atendimento ideal deveria ocorrer em locais específicos, separadamente ao destinado a população em geral, para a atual percepção de que os espaços mais adequados são os espaços comuns.

Por outro lado, a despeito do aumento significativo do número de matrículas desta população na Educação Básica, chama a atenção o fato destas corresponderem, em média no período analisado, a apenas 1,3% no Brasil e a 2,3% no Paraná, das matrículas gerais. O que corrobora as análises tecidas por Meletti e Ribeiro (2014) de que ainda podemos ter um grande número de pessoas com necessidades educacionais especiais sem acesso a qualquer tipo de educação em nosso país.

Para melhor compreensão dos desdobramentos das políticas públicas para educação especial no Paraná passamos, a seguir, a analisar os dados

específicos do estado. O detalhamento se refere: ao número de unidades escolares distribuído por modalidade de ensino e dependência administrativa da escola; e ao número de alunos com necessidades educacionais especiais matriculados na modalidade Educação Especial (substitutiva) segundo a dependência administrativa da escola.

O número de unidades escolares segundo modalidade de ensino regular, especial e EJA e dependência administrativa da escola (federal, estadual, municipal e privada) é apresentado na Tabela 2.

Tabela 2- Número de escolas segundo modalidade de ensino e dependência administrativa no Paraná (2007-2013)

Ano	Modalidade	Dependência administrativa da escola				Total
		Federal	Estadual	Municipal	Privada	
2007	Regular	12	1985	5059	1468	8524
	Especial	0	51	891	382	1324
	EJA	1	229	698	26	954
2008	Regular	*	*	*	*	*
	Especial	*	*	*	*	*
	EJA	*	*	*	*	*
2009	Regular	16	2023	4945	1616	8600
	Especial	0	47	908	377	1332
	EJA	7	243	681	20	951
2010	Regular	22	2037	4922	1636	8617
	Especial	0	36	807	367	1210
	EJA	7	390	641	14	1052
2011	Regular	23	2037	4905	1642	8607
	Especial	0	18	645	370	1033
	EJA	*	*	*	*	*
2012	Regular	27	2041	4953	1706	8727
	Especial	0	15	605	387	1007
	EJA	6	394	571	11	982
2013	Regular	26	2048	5000	1732	8806
	Especial	0	6	615	403	1024
	EJA	5	406	552	9	972

Fonte: Elaboração própria com base nos Microdados do Censo da Educação Básica (MEC/INEP, 2007-2013).

De acordo com os dados da Tabela 2, o número de escolas na Modalidade de Ensino Regular aumentou ao longo do período analisado. Tomando 2007 como ano base de análise e comparando-o com o ano de 2013, observamos um aumento de 3,2% no número de escolas. Apenas entre 2010 e 2011 é que tivemos uma pequena redução de 10 escolas regulares no estado.

Segundo a dependência administrativa da escola, temos o maior aumento ocorrendo na esfera Federal (53,84%), mas que em números absolutos representou aumento de apenas 14 escolas regulares federais no estado. Na esfera Estadual tivemos um aumento de 3,07% se comparado 2013 com 2007. Já na esfera Municipal chama a atenção a redução de 1,16% entre 2007 e 2013, sendo que em 2011 essa queda chega a 3,04%. Na esfera Privada observamos um aumento de 15,24% entre 2007 e 2013.

Na Modalidade de Ensino Especial, que se refere às escolas que matricularam alunos com NEE em classes especiais e às instituições especiais, observamos uma redução de 22,75% no número de unidades escolares. Cumpre destacar que na esfera estadual temos o fechamento das classes especiais ao longo do período analisado, chegando à extinção em 2013. As 6 unidades escolares encontradas nesta esfera, em 2013, são instituições especiais públicas. Três encontram-se na capital do estado e três no interior; uma instituição é para alunos com deficiência mental, duas para alunos com deficiência visual e cegueira e três para surdos.

Por outro lado, ao isolarmos apenas as instituições especiais, tivemos um aumento de 5,2% entre 2007 e 2013. A redução observada se deve ao fechamento de classes especiais nas redes estadual e municipal de ensino. Na rede estadual observamos uma redução de 88,2% no número de escolas com alunos com NEE em ambientes substitutivos de ensino. Na rede municipal de ensino, após pequeno aumento entre 2007 e 2009, instala-se uma tendência de queda, chegando a menos 30,97% em 2013. Na esfera privada, após oscilação ao longo do período, tivemos um aumento de 5,2%.

Na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos observamos concentração de escolas na rede municipal de ensino, seguida pela estadual, privada e federal. Na esfera estadual tivemos aumentos constantes no período, chegando a 87,43% em 2013. Na esfera municipal observamos oscilação no período com aumento entre 2007 e 2009, seguido por queda entre 2010 e 2013. Comparando 2013 com o ano base de 2007 temos redução de 20,91%. Na rede privada de ensino tivemos redução ao longo do período, chegando em 2013 a menos 65,38%, com apenas 9 escolas de EJA privadas no estado do Paraná.

A distribuição de matrículas de alunos com e sem NEE pelas unidades escolares do Paraná, segundo a modalidade de ensino é apresentada na

Tabela 3.

Tabela 3- Alunos que possuem e que não possuem NEE segundo modalidades de ensino no estado do Paraná (2007-2013)

Modalidade/NEE		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Regular	Não possui	2463957	2489755	2498146	2469260	2424915	2405129	2383801
	Possui NEE	27695	18247	16801	25901	32099	37339	35542
Total		2491652	2508002	2514947	2495161	2457014	2442468	2419343
Especial	Não possui	0	0	0	0	0	0	0
	Possui NEE	48414	34926	29300	26540	24340	39670	40636
Total		48414	34926	29300	26540	24340	39670	40636
EJA	Não possui	195376	183893	160777	164117	141644	144419	130848
	Possui NEE	1776	1305	994	1588	1942	2300	2366
Total		197152	185198	161771	165705	143586	146719	133214

Fonte: Elaboração própria com base nos Microdados do Censo da Educação Básica (MEC/INEP, 2007-2013).

Nesta tabela temos os números de matrículas por modalidade de ensino (Regular, Especial e EJA), dos alunos que possuem e que não possuem NEE no estado do Paraná, nos anos de 2007 a 2013. A análise foi realizada primeiramente por cada modalidade.

Nota-se que na modalidade Regular os números de matrículas de alunos que não possuem NEE seguem em uma linha contínua, não havendo grandes oscilações ao longo dos anos, em 2007 haviam 98,89% de matrículas, e no ano de 2013, 98,53%.

Dos alunos que possuem NEE, ocorreram algumas oscilações no decorrer dos anos, em 2007 havia cerca de 1,11% de alunos matriculados com NEE, sendo que tal número sofre um decréscimo de 0,66% no ano de 2009, os números de matrículas voltam a se elevar no ano a partir do ano de 2010, tendo como maior índice o ano de 2012 com um aumento de 1,52% de matrículas.

No estado do Paraná em relação a modalidade Especial, os números de matrículas apresentam algumas oscilações, no ano de 2007 havia cerca de 48.414 matrículas, este número diminui gradualmente nos próximos anos, com sua maior queda no ano de 2011 com 24.340 matrículas. Os dados se elevam nos

dois seguintes anos, com maior incidência em 2013, com 40.636. A análise dos motivos de tal oscilação extrapola os objetivos do presente estudo e merece ser alvo de novas pesquisas, haja vista que um aumento desta magnitude não pode ser justificado por nenhuma medida pontual.

Assim como nas outras modalidades, a EJA também passa por oscilações, porém com as matrículas dos alunos que não possuem NEE, os dados apenas mantem um declive, não apresentando aumento nos índices dos anos de 2007 a 2013, já com as matrículas de alunos que possuem NEE, ocorre novamente as variações nos dados de forma não linear, tendo o menor número no ano de 2009 com um total de 994 matrículas, e um aumento significativo no ano de 2013 para 2.366.

De todo modo, comparando as matrículas de 2013 com o ano de 2007, observa-se um aumento de 24,93%. O que indica, conforme Meletti e Bueno (2011), a possibilidade de fracasso no processo de escolarização desta população em etapas de escolarização adequadas à sua idade e o retorno à escola por meio da EJA.

A distribuição dos alunos com NEE matriculados na Modalidade de Ensino Especial (substitutivo), segundo dependência administrativa da escola, está detalhada na Tabela 04.

Tabela 4 - Matrículas da Modalidade Educação Especial por Dependência Administrativa no Estado do Paraná (2007-2013).

Ano	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total
2007	0	478	12 222	35 714	48 414
2008	0	497	13 138	21 291	34 926
2009	0	763	10 925	17 612	29 300
2010	0	433	9 595	16 512	26 540
2011	0	332	7 778	16 230	24 340
2012	0	139	7 072	32 459	39 670
2013	0	327	6 998	33 311	40 636

Fonte: Elaboração própria com base nos Microdados do Censo da Educação Básica (MEC/INEP, 2007-2013).

A fim de possibilitar uma melhor compreensão, a análise da tabela será realizada por cada esfera; Federal, Estadual, Municipal e Privada. Deste modo, de acordo com os dados organizados na tabela, constatamos que não existem matrículas de alunos com NEE, na modalidade 2, em instituições federais, ao longo do período analisado. Entre as demais matrículas por dependência administrativa, vimos que 0,99% das matrículas em 2007 estavam em âmbito estadual; 25,24%,

nas municipais; e o maior índice com 73,76%, nas de iniciativa privadas.

Percebemos que na esfera Estadual, os números de matrículas oscilaram no decorrer dos anos, no ano de 2007 haviam cerca de 0,98% de matrículas, ocorrendo um aumento no ano de 2009 para 2,60%, este número varia com os anos, o que ocorre então um decréscimo no ano de 2012 contendo 0,35% de matrículas em rede Estadual, e por sua vez volta a subir em 2013 com 0,80% de matrículas. Destaca-se o aumento de 57,49% entre 2012 e 2013. Cumpre resgatar que as 327 matrículas na esfera estadual estão distribuídas, exclusivamente, entre 06 escolas especiais públicas.

Na rede Municipal os números de matrículas são bem maiores em relação a rede Estadual. O ano com maior índice de matrículas se concentra em 2008 com 37,61%, e este número cai gradativamente nos anos seguintes, chegando em 2013 com 17,22% de matrículas.

O decréscimo gradual que notamos se dá pelo fechamento das classes especiais ou pela transformação das classes especiais em sala de recurso multifuncional. O que não significa, apenas, a inserção dos alunos oriundo dos sistemas segregados de ensino em classes regulares. Corrêa (2013) analisou o processo de fechamento das classes especiais em Londrina – PR e constatou que a transição de classe especial para sala de recurso multifuncional resultou na migração dos alunos tanto do sistema segregado de ensino para o regular quanto para instituições especiais e para fora da escola.

Por fim a rede Privada com suas oscilações, no ano de 2007 a rede contava com 35.714 matrículas, este número vai decrescendo a cada ano, ao chegar no ano de 2011 com 16.230, ocorre então uma grande redução nos números entre os anos de 2007 a 2011. A partir de 2012 este número praticamente dobra em relação ao ano anterior, contendo 32 459 em 2012 e se elevando um pouco mais no ano de 2013 com 33.311 matrículas.

Os dados de 2007 a 2013 demonstram que as instituições privadas são em sua maioria as responsáveis pela Educação Especial no Paraná. Os dados oficiais corroboram análise feita por Meletti (2014) de que o programa *Todos iguais pela educação*

[...] formaliza o modo como o poder público paranaense historicamente estruturou a educação especial no estado: segregado, privado e filantrópico. Assim, na contramão do que está determinado no Decreto 7611/2011, o estado do Paraná admite a permanência de alunos com necessidades

educacionais exclusivamente em instituições especiais, sem a obrigatoriedade da matrícula em escolas regulares. Mais do que isso, legitima a incorporação dessas instituições no sistema de ensino que se estrutura, nacionalmente, em uma perspectiva inclusiva (MELETTI, 2014 p. 798).

As análises até o momento nos remeteram à necessidade de compreender de modo mais aprofundado a configuração das instituições especiais paranaenses. Para tanto, tomamos os dados de matrículas de alunos com NEE em tais instituições no ano de 2013 e analisamos: tipo de deficiência, faixa etária, etapa de ensino e a relação idade e série em que está matriculado.

Com relação ao tipo de deficiência apresentada pelos 40.636 alunos das instituições especiais, constatamos que 94,5% são registrados como *deficiência mental*, 15,7% *deficiência múltipla*, 13,8% *deficiência física*, 3,4% *baixa visão*, 0,5% *cegueira*, 1,9% *surdez*, 0,9% *deficiência auditiva*, 3,3% *transtornos globais do desenvolvimento*. Chama a atenção a incidência de alunos com deficiência mental, o que já havia sido constatado em outros estudos, como o de Gonçalves (2012), Corrêa (2013) e Góes (2014). No entanto, em nenhum estudo os índices de alunos com deficiência mental atingem os encontrados no Paraná.

Os dados do presente estudo revelam que os 36,41% dos alunos matriculados em instituições especiais se encontram na faixa etária de 6 a 14 anos e que 44,8% possuem mais que 18 anos. Isso indica, primeiro, que 14.796 alunos em idade escolar obrigatória se encontram exclusivamente em espaços segregados de ensino com todas as restrições relatadas na literatura. Ferreira (1994), Kassar (1999), Meletti (2006, 2008), entre outros, indicam que instituições desta natureza privilegiam o trabalho clínico e de reabilitação em detrimento do pedagógico. O que nos remete a questionar como futuramente como está ocorrendo esta relação do trabalho clínico e pedagógico, agora em que as instituições são nomeadas como escolas.

Outro aspecto a ser analisado é que os alunos matriculados em instituições especiais paranaenses, em função de sua alteração para escolas regulares da educação básica, na modalidade de educação especial, devem ser distribuídos pelas etapas de ensino referentes ao ensino regular. Constatamos que 44,6% dos alunos estão matriculados na EJA *anos iniciais*, 25% no segundo ano do ensino de 9 anos, 10,6% no primeiro ano do ensino de 8 anos, 7,8% no primeiro ano do ensino de 9 anos. Destaca-se a concentração de matrículas nas séries iniciais,

seja do ensino fundamental, seja da EJA, o que denota a não escolarização daqueles matriculados nas instituições especiais. O que é corroborado ao analisarmos a relação entre idade do aluno e série cursada.

Dos 4.317 alunos matriculados na primeira série do ensino de 8 anos, apenas 106 (2,6%) possuem 07 anos, ou seja, estão na série adequada para sua idade; 7,22% encontram-se com um ano de defasagem; 90,2% encontram-se com dois anos ou mais de defasagem, chegando a mais de dez anos para 257 alunos.

Dos 10.163 alunos matriculados na segunda série do ensino de 9 anos (25% do total), apenas (2,7%) na série adequada para sua idade; 9,3% encontram-se com um ano de defasagem; 88% encontram-se com dois anos ou mais de defasagem, chegando a mais de 10 anos para 749 alunos.

Dos 18.140 alunos matriculados na EJA *anos iniciais*, a idade mínima encontrada foi de 13 anos (2 alunos) e a máxima foi de 86 anos (1 aluno); 1.133 alunos possuíam 18 anos; 7.937 possuíam entre 19 e 29 anos; 4.534 entre 30 e 39 anos; 2.562 entre 40 e 49 anos; 1.206 entre 50 e 59 anos; 358 entre 60 e 69 anos; 79 entre 70 e 79; e 10 entre 80 e 86 anos. Vale destacar que a permanência desses jovens e adultos nas instituições especiais denuncia não só a precariedade dos processos de escolarização a que foram (ou não) submetidos, mas a precariedade das condições de vida como um todo a que são submetidos. A permanência em instituições desta natureza evidencia a falta de alternativas para as pessoas com deficiência à medida que vão envelhecendo. Isso já foi observado por Glat (1989), Ferreira (1994) e Meletti (2006), mas precisa ser analisado de modo mais aprofundado por estudos futuros.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação especial paraense é marcada historicamente por seu caráter privado e filantrópico, no qual a escolarização de uma parcela significativa do público alvo dessa modalidade ainda ocorre em espaços segregados, respaldada por políticas públicas educacionais organizadas pelo Estado.

No Estado do Paraná, com a resolução número 3.600/2011 da Secretaria de Educação, acontece a transformação na denominação das Instituições especiais no estado do Paraná para Escolas de Educação Básica na modalidade de Educação Especial, de modo que, com essa resolução, o documento legaliza e normatiza uma mudança na parte pedagógica, curricular, estrutural e financeira dessas instituições. Deste modo, a presente pesquisa busca como objetivo realizar uma análise da configuração da Educação Especial das instituições especiais no estado do Paraná, com base nos Microdados do Censo da Educação Básica referentes aos anos de 2007 a 2013 e em documentos.

Os dados apontam uma concentração expressiva de matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais em instâncias privadas, que são reflexos das políticas do Estado que fortificam a hegemonia e atuação da filantropia, por meio de apoio técnico e financeiro, ocorrendo, por sua vez, a maior parte da escolarização destes alunos nestas instituições de caráter filantrópico.

O Estado mantém as instituições, agora oficialmente escolas, e, com isso, verifica-se a precarização da já precária educação especial pública paranaense. Ao invés de investir na implementação de serviços especializados que possibilitem aos educandos com necessidades educacionais especiais uma educação pública de qualidade, economiza-se ao destinar tais verbas para a manutenção destas instituições (MELETTI, 2008). Tal precariedade é evidenciada por Meletti (2014, p. 805):

Outro aspecto destacado pela política nacional de Educação Especial, como condição para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, é o atendimento educacional especializado (AEE). No entanto, mais uma vez, os dados oficiais mostram a precariedade de um sistema de ensino que se pretende inclusivo. No estado do Paraná, em 2012, haviam 3.814 turmas de AEE, com 21.632 alunos matriculados, o que representa, aproximadamente, 05 alunos por turma. Significa dizer que, dos 79.309 alunos com necessidades educacionais especiais matriculados na Educação Básica paranaense, 27,27% recebem o atendimento preconizado como o eixo da educação especial brasileira.

No entanto, tal realidade deve ser problematizada, pois a iniciativa paranaense de apoiar a atuação da esfera privada por meio de políticas públicas significa um retrocesso para com a inclusão escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais, visto que é direito assegurado pelas normativas constituintes a educação regular, pública e de qualidade.

Contudo, após a realização desta pesquisa, notamos o elevado número de instituições especiais que o estado do Paraná possui e o quanto elas possuem força frente a educação especial neste estado, visto que são elas, em sua grande maioria, as responsáveis pela escolarização dos alunos com necessidades educacionais especiais no estado do Paraná, de modo que os elevados índices de matrículas confirmem tal realidade. Após a alteração da nomenclatura decorrida neste estado, notamos que o modo de funcionamento das instituições permanece de maneira similar ao antigo, onde já havia suas formas de organização curricular.

Porém, após o ano de 2013, em que a Lei número 17.656 do governo Beto Richa foi sancionada com a Implementação do Programa Todos Iguais pela Educação, o governo do estado se compromete a ofertar aos destinatários deste programa o acesso igualitário aos que são ofertados à rede pública estadual de ensino, de modo que possam usufruir dos mesmos serviços e recursos, buscando garantir assim a esse alunado com necessidades educacionais especiais seus direitos enquanto cidadãos. Direitos esses que devem ser cobrados das autoridades que assim se comprometeram a ofertar.

Notamos que há várias oscilações nos números de matrículas de alunos que possuem e não possuem necessidades educacionais especiais no estado do Paraná, assim como foi notório perceber que essas oscilações ocorreram também nas análises feitas por modalidades de ensino (Regular; Especial e EJA). Ademais, também torna-se perceptível a grande oscilação entre os anos de 2007 a 2013 nas matrículas da modalidade de Educação especial na dependência administrativa Privada, evidenciando que as instituições privadas de ensino são, em sua maioria, as responsáveis pela Educação especial no estado do Paraná, conforme já mencionado.

Outro aspecto relevante em relação ao alunado da educação especial ocorre quando observamos a relação idade/série dos alunos no ano de 2013, que nos mostra que os 36,41% dos alunos que estão matriculados em instituições especiais encontram-se em uma faixa etária entre 6 e 14 anos de idade

e que 44,8% possuem idade acima de 18 anos de idade. Com isso, há uma indicação que 14.796 alunos em idade escolar obrigatória se encontram exclusivamente em espaço segregado de ensino. Essa relação idade/série nos chama atenção e nos oferece margem para futuros trabalhos a serem realizados a partir desses indicadores.

Por fim, em nossa função de pesquisadores, temos como dever questionarmos a realidade em que se encontra o sistema educacional de ensino, ou seja, irmos além do que está posto em tal realidade, questionando de modo crítico a situação em que os alunos se encontram a fim de irmos em busca de uma educação de qualidade para todos.

REFERÊNCIAS

ADERSON, Perry. **Balanço do neoliberalismo**. SADER, E.; GENTILI, P. Pós-neoliberalismo: as políticas e o Estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

APAE. **Associação de pais e amigos dos excepcionais**. Disponível em: <<http://www.apaebrasil.org.br/#/artigo/2>. Acesso em : 24 maio 2015.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

BRASIL. **Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais**. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília, CORDE, 1994.

_____. Secretaria de Estado da Educação – SEED. **Resolução nº 3600/2011**. Curitiba, 18 de agosto de 2011.

_____. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 ago. 2014.

_____. MEC. INEP. **LDBEN 9394/96 que estabelece as Diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, 1996a.

_____. MEC/SEESP. **Educação Especial no Brasil: Perfil do Financiamento e das Despesas**. Série Institucional - Livro 3. Brasília, 1996b.

_____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. Resolução n.4, de 02 de outubro de 2009. **Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial**. Brasília, 2009.

_____. Decreto 7.611 de 17 de novembro de 2011. **Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm>. Acesso 13 dez. de 2011.

_____. MEC. SEESP. **Sala de recursos multifuncionais: espaço para atendimento educacional especializado**. Brasília, 2006.

_____. MEC/SEESP. Educação inclusiva: **Direito à Diversidade**: Documento Orientador. SEESP: Brasília, 2006.

_____. MEC/SEESP. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**, 2008.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Censo Escolar da Educação Básica – 2007**.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Censo Escolar da Educação Básica** – 2008.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Censo Escolar da Educação Básica** – 2009.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Censo Escolar da Educação Básica** – 2010.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Censo Escolar da Educação Básica** – 2011.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Censo Escolar da Educação Básica** – 2012.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Censo Escolar da Educação Básica** – 2013.

BUENO, José Geraldo Silveira. A produção social da identidade do anormal. In: Freitas, M. C. (org.) **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 1997. p. 159-182.

_____. **Crianças com Necessidade Educativas Especiais, Política Educacional e a Formação de Professores: Generalistas ou Especialistas?** Disponível em: <http://www.abpee.net/homepageabpee04_06/artigos_em_pdf/revista5numero1pdf/r5_art01.pdf>. Acesso em 24 fev. 2015.

CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília, CORDE, 1994.

CORRÊA, Thaiza de Carvalho. **Avaliação, Diagnóstico e Encaminhamento de Crianças com Necessidades Educacionais Especiais no Sistema Municipal de Ensino de Londrina – PR**. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Estadual de Londrina, 2013.

FERREIRA, Júlio Romero. Educação especial, inclusão e política educacional: notas brasileiras. In: RODRIGUES, David(org.). **Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. **As pesquisas denominadas “estado da arte”**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>>. Acesso em: 26 fev. 2015.

FENAPAES. **APAE educadora** - a escola que buscamos: proposta orientadora das ações educacionais. Brasília: FENAPAES, 2001.

GARCIA, Rosalba M. C. **Para além da “inclusão”: crítica as políticas educacionais contemporâneas**. OLINDA, Evangelista. O que revelam os slogans na política educacional. Araraquara – São Paulo: Junqueira&Marin.

GLAT, R. **Somos iguais a vocês: depoimentos de mulheres com deficiência mental**. Rio de Janeiro: Agir, 224 p. 1989.

GÓES, Ricardo Schers de. **Escolarização de alunos com deficiência intelectual: As estatísticas educacionais como expressão das políticas de educação especial no Brasil (2007-2012)**. 2014. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2014.

GONÇALVES, T. G. G. L. **Escolarização de alunos com deficiência na educação de jovens e adultos: uma análise dos indicadores educacionais brasileiros**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

HARVEY, David. Do fordismo à Acumulação Flexível. In: _____ **Condição Pós-moderna**. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1994. p. 135-162.

_____. Teorizando a transição. In: _____ **Condição Pós-moderna**. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1994. p. 162-176.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. Paraná: IBGE, 2010.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. São Paulo: IBGE, 2010.

JANNUZZI, Gilberta Sampaio Martino. **As políticas e os espaços para a criança excepcional**. In: Freitas, M. C. (org.) História social da infância no Brasil. São Paulo: Cortez Editora, 1997. p. 183-224.

_____. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XX**. Campinas: Autores Associados, 2004.

KASSAR, Mônica Carvalho de Magalhães e Meletti, Silvia Márcia Ferreira Meletti. **Análises de Possíveis Impactos do Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade**. Ciências Humanas e Sociais em Revista. RJ, EDUR, v. 34, n.12, p. 49-63, 2012.

_____. **Deficiência múltipla e educação no Brasil: discurso e silêncio na história de sujeitos** / Mônica de Carvalho Magalhães Kassar. - Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

_____. **Percursos da Constituição de uma Política Brasileira de Educação Especial Inclusiva**. Marília: Rev. Bras. Ed. Esp. 2011.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães; MELETTI, Silvia Márcia Ferreira. Análises de Possíveis Impactos do Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade. **Ciências Humanas e Sociais em Revista**. Rio de Janeiro, EDUR, v. 34, n. 12, jan / jun., p. 49-63, 2012.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas (Tomo I)**. Lisboa: Avante: Moscou: Progresso, 1982.

MELETTI, Sílvia Márcia Ferreira. **A inclusão e alunos com necessidades educacionais especiais no sistema regular de ensino no município de Londrina**. Universidade Estadual de Londrina- UEL, 2008.

_____. **Políticas de educação inclusiva e a instituição especializada na educação da pessoa com deficiência mental**. Disponível: <<http://www.cienciasecognicao.org/revista/index.php/cec/article/view/75>>. Acesso em: 03 mar. 2013.

_____. **Indicadores Educacionais sobre a Educação Especial no Brasil e no Paraná**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 789-809, jul./set. 2014. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/45618/29997>>. Acesso em: 18 jan. 2015.

MESTRINER, Maria L. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. São Paulo: Cortez, 2011.

MORAES, Valdete Aparecida de. **Gestão da educação especial no Paraná: manutenção das escolas especiais**. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/2489/681>. Acesso em: 03 mar. 2013.

PARANÁ. Assembleia Legislativa do Paraná. **Projeto de Lei nº 126/10 de 16 de março de 2010**.

_____. GS/SEED. **Resolução nº 3.600 de 18 de agosto de 2011**. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/arquivo/File/downloads/resolucao36002011.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2014.

_____. Secretaria da Educação. **Alteração da Denominação das Escolas de Educação Especial para Escolas de Educação Básica na Modalidade de Educação Especial**. Curitiba. 2011.

_____. Dia a Dia Educação. **Semana Pedagógica 2012**. ANEXO 1, p. 7 Disponível em: <www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem_pedagogica/fev_2012/convniadas_sp2012.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2014.

SERRA, Dayse. Inclusão e ambiente escolar. In _____: **Inclusão em educação: culturas, políticas e práticas**. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, Adriana G. **O movimento apaeano no Brasil: um estudo documental (1954-1994)**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1995.

VIEGAS. Luciane Torezan. BASSI. Marcos Edgar. **A Educação Especial no Âmbito da Política de Fundos no Financiamento da Educação**. Disponível em: <www.anped.org.br>. Acesso em: 27 jun. 2013.